



Índice

- 01** Funai pede que Petrobras retire balsas no entorno de terras indígenas no rio Tapauá (AM)
- 02** Dilma tergiversa sobre impactos das hidrelétricas no Rio Madeira
- 03** Conflitos Agrários: quem quer solução?
- 04** Seafro entrega certificação quilombola para a comunidade Campina Grande
- 05** A relação dos povos indígenas com as terras, florestas e águas do vale do Rio São Francisco
- 06** MAB bloqueia BR 364 por direitos negados em RO
- 07** CDH deve acompanhar situação de povos indígenas do Amazonas
- 08** Cidades afetadas por Belo Monte não estão preparadas para os impactos que irão receber
- 09** Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima elabora Carta Final com reivindicações e considerações destinada às Autoridades Públicas
- 10** No AP, 7 mil índios em três aldeias terão acesso à internet banda larga
- 11** Governador Camilo Capiberibe recebe lideranças indígenas da região de Oiapoque
- 12** Chuvas afetam povos indígenas na região de Juína
- 13** Política de educação superior para indígenas é discutida



- 14 CHEIA – Rio Madeira atinge 19,12 metros surto de leptospirose pode ser questão de dias
- 15 Embasa apoia criação de projeto ambiental em São Desidério (BA)
- 16 Projeto Ribeirinho Cidadão, um resgate da cidadania
- 17 Famílias ribeirinhas reclamam de descaso
- 18 Cheia histórica do Madeira deixa bairros abandonados em Porto Velho
- 19 Plano de manejo de jacarés amazônicos é tema de livro
- 20 Ribeirinhos de Rodrigues Alves recebem atendimento de saúde
- 21 Ministros do STF e STJ debatem o agronegócio com produtores rurais de MT
- 22 Funai avalia inadimplência de Belo Monte com indígenas: 64% das obrigações ainda têm pendências
- 23 Indígenas Kaingang ocupam sede da AGU e pedem revogação da portaria 303
- 24 FUNAI pede que Petrobras retire balsas no entorno de terras indígenas no rio Tapauá no Amazonas
- 25 Inscrições no processo seletivo da UFMT para os povos indígenas encerram no próximo dia 10
- 26 Agricultores e lideranças políticas discutem sobre demarcação de terras
- 27 Índios pretendem destituir a direção da Funai
- 28 Ex-produtores da Suiá Missú continuam dentro da Reserva Indígena e cobram agilidade em Assentamentos (Vídeo)



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

-
- 29** [Desafios demais, debates de menos](#)
 - 30** [Cacique Isaías Francisco, da Aldeia Água Branca / Distrito de Taunay, em Aquidauana Princesinha, é vítima de preconceito na Prefeitura de Aquidauana](#)
 - 31** [Rotina de ribeirinhos no Município de Manicoré muda com a cheia do rio Madeira](#)



Funai pede que Petrobras retire balsas no entorno de terras indígenas no rio Tapauá (AM)

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 17.03.2014

A Funai (Fundação Nacional do Índio) informou ao site Amazônia Real neste final de semana que recomendou a suspensão das atividades de navegação de balsas da Petrobras na bacia do rio Tapauá, afluente do rio Purus, região que fica no entorno de terras indígenas no Amazonas. A fundação disse que também solicitou, em caráter de urgência, reunião com representantes da empresa. A medida é para evitar possível conflito entre operários da Petrobras e indígenas.

No dia 26 de fevereiro, o Amazônia Real publicou que a Petrobras havia iniciado atividades de prospecção de gás e petróleo entre na região do Tapauá que abriga sete terras indígenas, sendo que em duas vivem índios isolados e semi-isolados.

A Coordenação Regional do Médio Purus da Funai informou na ocasião que não foi consultada pela Petrobras, assim como os indígenas, sobre a prospecção no Tapauá. A presença de 15 balsas da Petrobras no rio Tapauá gerou críticas de pesquisadores e ambientalistas nas redes sociais e de políticos na Câmara e no Senado, que cobraram providências do governo federal sobre a situação.

Em nota encaminhada ao Amazônia Real, a Funai afirma que quer o esclarecimento da Petrobras sobre a atividade e a implantação de ações de mitigação de possíveis impactos junto às comunidades indígenas.

“No resguardo de possível conflito entre trabalhadores e comunidade indígena, a Funai recomendou formalmente a suspensão das atividades de navegação das balsas nos trechos próximos às Terras Indígenas e solicitou, em caráter de urgência, reunião com representantes da Petrobras, visando esclarecimentos acerca das atividades e orientações referentes à implantação de ações com vistas a mitigar possíveis impactos junto às comunidades indígenas”, diz a nota.

Segundo a Funai, apesar das atividades da Petrobras estarem distantes mais de 100 quilômetros das terras indígenas, há de se considerar que, ao trafegarem pelo rio Tapauá, as balsas estão margeando as reservas. Isto ocorre especialmente em área do rio compreendida entre as Terras Indígenas do Lago Manissuã e Paumari do Lago Paricá.

O assunto do rio Tapauá está sendo tratado com rigor pela Funai, que marcou uma reunião com representantes da Petrobras para esta semana, em Brasília. Também está marcada uma reunião entre indígenas da etnia paumari e funcionários da Petrobras na aldeia Manissuã, na região do rio Tapauá no próximo dia 27, no município de Tapauá, a 448 quilômetros de Manaus.

A terra indígena paumari é a que fica mais próxima da área onde a Petrobras iniciou atividades
CONT.



de prospecção em fevereiro passado.

A Funai também listou algumas ações que a Petrobras deverá desenvolver. São elas: um Programa de Comunicação Social, com vistas a esclarecer as comunidades indígenas acerca das atividades desenvolvidas; um Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, visando garantir o resguardo dos direitos dos povos indígenas e promover reflexões a respeito da realidade apresentada e sobre os cuidados necessários durante as obras para minimizar possíveis interferências; e a extensão do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do empreendimento para as áreas próximas às Terras Indígenas.

A Petrobras foi procurada pelo Amazônia Real para saber se atendeu à recomendação da Funai, mas não respondeu ao questionamento até a publicação desta matéria.

Na nota enviada pela assessoria de imprensa da Funai, o órgão diz ainda que, após reunião com a Petrobras no dia 28 de janeiro, a empresa disse que se trata de perfuração em solo para verificar uma estrutura mapeada em pesquisa sísmica anterior.

A Petrobras informou à Funai que, em caso de confirmação de material com potencialidade de exploração (petróleo ou gás), será necessária a emissão de licença ambiental específica, a qual deverá ser precedida de estudos ambientais com o objetivo de verificar a viabilidade da atividade.

Licenciamento

A informação sobre a entrada de balsas de prospecção no rio Tapauá, nas proximidades das terras indígenas, foi repassada inicialmente por ribeirinhos. Ela chegou até a Coordenação da Funai do Médio-Purus, com sede no município de Lábrea (a 703 quilômetros de Manaus) na segunda quinzena de fevereiro. O coordenador da Funai naquela área, Armando Soares, confirmou, na época, ao Amazônia Real que as balsas haviam entrando no rio Tapauá.

Constatou-se, depois, que se tratava de balsas da Petrobras, que saíram de Manaus, conforme relataram funcionários da empresa ao próprio Armando Soares. Foi o coordenador que comunicou a situação ao setor de licenciamento da Funai.

Paralelamente, um grupo de pesquisadores e ambientalistas começou a divulgar nas redes sociais a presença de balsas de prospecção na região do rio Tapauá., com grande repercussão.

O Amazônia Real apurou, na época, que a atividade havia recebido licenciamento do Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas). Em nota enviada ao site, o órgão ambiental estadual disse que concedeu o licenciamento "para prospecção avaliando os tipos de intervenção no ambiente para esta atividade de pesquisa exploratória".

Segundo o Ipaam, se "houver interesse da Petrobras em explorar comercialmente a lavra, um novo processo de licenciamento será feito, com requisitos mais rigorosos incluindo a consulta às populações que residem no raio de influência do empreendimento, conforme determina a Lei de Licenciamento Ambiental para a emissão de Licenças de Instalação e de Operação.".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

De acordo com o Ipaam, a atividade de prospecção ocorre em distâncias das terras indígenas que variam de 47 Km, a menor proximidade em linha reta, outra de 124 Km e ainda outra de 153 Km.

Audiência

Na semana passada, a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP), ao assumir a vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, anunciou que aprovou a realização de audiência pública para discutir a atividade da Petrobras no entorno das terras indígenas do rio Tapauá.

Segundo sua assessoria, deverão ser convidados a diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard, a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Lábrea (AM), Armando Soares, e a antropóloga e pesquisadora Oiara Bonilla.

Nesta segunda-feira (17), a assessoria disse que ainda não há data para a audiência pública, mas informou que o objetivo é procurar esclarecer as dúvidas sobre a subida das balsas pelo rio, se as comunidades foram ouvidas ou não, como se dará a exploração em áreas tão próximas às terras indígenas, entre outros assuntos.

Dilma tergiversa sobre impactos das hidrelétricas no Rio Madeira
SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA, 17.03.2014



Presidente Dilma Rousseff sobrevoou regiões alagadas no Acre e Rondônia

A presidente Dilma Rousseff promoveu uma viagem relâmpago a Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), no sábado (15), para verificar in loco o resultado da maior cheia já observada nessa porção da Amazônia – entre Rondônia, Acre e o noroeste boliviano. A verificação poderia ter se traduzido em algo mais do que as migalhas emergenciais de praxe, liberadas em casos de “calamidade pública”. Poderia ter sido um início de averiguação e avaliação conscienciosa dos danos sociais e ambientais adicionais, para além dos chamados “danos naturais”. Danos adicionados a outros tantos pré-existentes, produzidos por intervenções predatórias e imprevidentes, como foram as implantações das usinas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira.

A presidente não precisaria fazer tal sobrevoo para anunciar medidas mitigatórias-padrão. Motivações da campanha eleitoral pela reeleição? Talvez. Mas convenhamos que o público-alvo em questão não são os diminutos eleitorados dos dois estados. Dilma veio em defesa de sua preciosa relação com o setor elétrico que embalou sua carreira política. Veio reafirmar que as concessões no setor de infraestrutura são incondicionadas – e por isso muito rentáveis para os investidores. Veio advogar, com túnica presidencial, a causa dos Consórcios que detêm a concessão para aproveitamento energético do rio Madeira. “É um absurdo atribuir às duas hidrelétricas a quantidade de água que vem pelo rio”, afirmou a zelosa Dilma.

Absurda é a própria alegação de que alguém possa atribuir tal dom às hidrelétricas. Não há registro de qualquer afirmação de que as hidrelétricas multipliquem água. Se tal milagre fosse

CONT.



possível, os reservatórios do centro-sul não estariam em tão baixo nível. É preciso não escamotear: o problema nunca foi a água que vem pelo rio, mas a que ficou no meio do caminho por conta de dois reservatórios concebidos e operados sem estudos hidrosedimentológicos suficientes e que abrangessem a bacia do Rio Madeira.

A presidente procurou ser didática na vitimização dos investidores privados que primeiro se empenharam na cruzada, vinculada ao PAC, de expandir em marcha forçada a fronteira elétrica para toda a Amazônia. "E eu até uso a fábula do lobo e do cordeiro. O lobo na parte de cima do rio e diz ao cordeiro: 'você está sujando minha água'. O cordeiro respondeu: 'não estou, não. Eu estou abaixo de você no rio'." Odebrecht e Suez, controladoras respectivas das concessionárias das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, seriam o cordeiro? Quem seria então o lobo nessa fabulação? A natureza em si mesma, inexorável e imprevisível? Se assim fosse, tais hidrelétricas nem poderiam ter sido construídas, ou nem poderiam mais operar, pois foram planejadas para fazer uso controlado da vazão hídrica, ou seja, da "água que desce". Dilma tergiversa e diz que agora "vamos trabalhar para que não sejamos mais pegos de surpresa em situações como essa que aconteceu em Rondônia."

Mas se todos "fomos pegos de surpresa", foram pegos em primeiro lugar os dois consórcios, o Ibama, a Agência Nacional de Águas e a Agência Nacional de Energia Elétrica, justamente aqueles que atestavam plena viabilidade do empreendimento e juravam deter todos os dados relevantes para o monitoramento do fluxo e do volume de água que "entra no Madeira". Se, como diz a Presidente, "não podemos evitar desastres naturais, mas temos como amenizar os danos causados por eles", a responsabilidade primeira pela amenização desses danos – antes, durante e depois do desastre – deveria ser dos consórcios e dos órgãos licenciadores e de outorga.

Segue em contradição consigo mesma a presidente: "Basta lembrar o exemplo de várias cidades nos Estados Unidos, onde existe um período de inverno denso, mas após esse período, a agricultura e as condições estruturais da cidade são rapidamente normalizadas, isso vem do planejamento e monitoramento." Exatamente o que não veio, o que não foi cobrado e fiscalizado. Planejamento e monitoramento que agora precisam ser efetivados ao custo da suspensão da licença de operação, conforme o acertado entendimento do Ministério Público e da Justiça Federal, em primeira instância, que obriga os consórcios a assumir a responsabilidade pelos danos a montante, além de refazer os estudos de impacto em função da nova vazão máxima atingida.

O que deveria ter sido condição prévia (provar a capacidade do empreendimento de se adaptar à dinâmica do rio e da bacia) tornou-se uma interpelação judicial – que vem sendo soberbamente ignorada pelas empresas concessionárias. Assim como obtiveram suas licenças ambientais à revelia dos embargos técnicos e dos conflitos sociais de 2007 até hoje, a Santo Antônio Energia (SAE) e a Energia Sustentável do Brasil (ESBR) acreditam apenas na lei do lobo e no seu direito de devorar o cordeiro, de apossar-se do rio e de determinar unilateralmente seu uso. Acreditam também no direito de inviabilizar o modo de vida das comunidades ribeirinhas, de interromper o ciclo de reprodução e migração dos peixes e do agroextrativismo de várzea. Além disso, converteram a cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, primeiro em um apêndice dos seus canteiros de obras e depois em um campo de

CONT.



testes da incidência da vazão a jusante, o que redundou no desbarrancamento de toda sua orla e na condenação de seu patrimônio histórico mais conhecido, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Apenas caminhões podem percorrer trechos da BR-364 inundados pelo Madeira

Em dezembro de 2013, já era possível identificar acúmulo de precipitações na região dos formadores do Madeira. Em janeiro de 2014, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) já descreviam o fenômeno chamado "Alta da Bolívia" que, associado à zona de convergência intertropical e ao bloqueio proporcionado por uma extensa massa de ar quente e seca posicionada no centro-sul, estava produzindo níveis de precipitação acima da média nos Departamentos de Beni (Bolívia) e Madre de Dios (Peru).

Enquanto isso, a SAE e a ESBR, obcecadas com a maximização do aproveitamento energético e motorização das usinas, atracavam-se em torno de novas cotas máximas para seus reservatórios. Até o desligamento das turbinas, determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e atestado no dia 24 de fevereiro, a usina de Santo Antônio operava acima da cota autorizada de 70,5m (71,3m segundo a CPRM, ou 75m, conforme sua "parceira" de empreendimento, a ESBR), passando a operar desde então com uma cota de 68m. Os dois reservatórios retiveram água porque planejaram maximizar sua operação no período da cheia, indiferentes e cegos ao fenômeno climático e hídrico que se instaurava nas cabeceiras. Consumado o desastre, restou-lhes despejar a água excedente para salvar suas instalações.

Novos estudos, se promovidos com distanciamento mínimo dos interesses imediatistas das empresas concessionárias, poderão provar que as usinas funcionaram como uma bomba de retardo e contenção de água a montante, "afogando" igarapés, furos e rios acima, território boliviano adentro. Poderão provar também que a subida das águas a jusante, a partir da última semana de fevereiro, se deu de forma muito acelerada e em defasagem com o fluxo concomitante verificável em Abunã, a montante de Jirau. Em suma, diante da nova e "surpreendente" cheia histórica, as usinas se mostraram ineptas para controlar ou sequer acompanhar a variabilidade da vazão hídrica e de sedimentos do rio Madeira. Primeiro super-armazenaram, depois passaram a liberar grandes "bolsões" d'água com efeitos fatais para comunidades ribeirinhas centenárias como São Carlos, Calama e Nazaré, que tiveram suas casas não apenas alagadas, mas arrancadas pela correnteza amplificada pela abertura não programada dos vertedouros das usinas.

A presidente certamente entende que o funcionamento de usinas a fio d'água na Amazônia deveria pressupor conhecimento metódico e detalhado da variação da vazão e do nível dos rios formadores e em formação. Como também sabe que esse conhecimento e essa capacidade operacional não existem – por causa da flexibilização do licenciamento ambiental que ela mesma promoveu enquanto Ministra de Minas e Energia e depois como Presidente – ela tergiversa. As usinas são responsáveis não pela cheia do Madeira, com as quais os povos e comunidades da região sempre souberam lidar até a construção das usinas, mas pelos seus efeitos amplificados e direcionados justamente para os segmentos populacionais que já se encontravam mais fragilizados por conta dos impactos cumulativos de sua implantação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Luis Fernando Novoa Garzon é professor da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador do Laboratório Estado, Trabalho e Território e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro



Conflitos Agrários: quem quer solução?

SÍTIO BRASIL DE FATO, 17.03.2014

De fato, o Poder Judiciário, tal como está estruturado, não consegue interpretar princípios e aplicá-los, parando num formalismo que, longe de solucionar os conflitos, os estendem para um tempo mais longo, mantendo um estado de injustiça, de pobreza e de marginalização, quando não o amplia

Por Carlos Marés

A Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) do Ministério da Justiça acaba de publicar o resultado de um interessante estudo sobre soluções alternativas para os conflitos agrários e tradicionais. O Estudo, coordenado e desenvolvido por professores integrantes de Programas de Pós-graduação, teve a parceria da organização Terra de Direitos e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Estes conflitos, em geral envolvendo proprietários de terras e comunidades tradicionais ou de pequenos agricultores familiares, são traumáticos, invariavelmente demorados e sempre judicializados.

A pesquisa partiu da análise de quatro casos concretos, dois de camponeses, um de indígenas e um de quilombolas. Estes conflitos se caracterizam pelo fato de um lado estar uma coletividade que usa e precisa usar a terra e do outro a propriedade privada. Da análise resultou que as soluções que o Estado brasileiro oferece acabam sempre judicializadas e decididas pelos estreitos limites do formalismo e legalismo, que não atendem a princípios constitucionais como a erradicação da pobreza e da marginalização e a promoção do bem de todos, entre outros.

De fato, o Poder Judiciário, tal como está estruturado, não consegue interpretar princípios e aplicá-los, parando num formalismo que, longe de solucionar os conflitos, os estendem para um tempo mais longo, mantendo um estado de injustiça, de pobreza e de marginalização, quando não o amplia.

A pesquisa demonstra que existe um instrumental jurídico e uma vontade nacional e internacional (arcabouço normativo de leis e tratados) para uma solução mediada, negociada de tal forma que se chegue a uma solução para as origens do problema. É um estudo sensato, sem críticas morais a sistemas ou órgãos, apenas constatando as dificuldades de implementação dos princípios pelos quais está constituído o estado brasileiro.

Apesar disto, a Senadora Kátia Abreu, em nome dos proprietários de terras, escreve um insidioso artigo criticando a pesquisa, seus financiadores, realizadores e autoridades presentes ao lançamento de seu resultado. Talvez por não ter entendido o teor de uma pesquisa

CONT.



científica, talvez pelo só espírito de emulação, considera que o resultado é um desrespeito às leis do país e uma desconsideração para com o Judiciário. Aliás, pelo nome da Secretaria de Estado que promoveu a pesquisa (Secretaria de Reforma do Judiciário) fica desconstruído o argumento da senadora e presidenta do CNA que também lançou uma nota ácida.

Ao contrário, a razão da pesquisa é exatamente analisar o que se deve fazer para implementar o que a Constituição brasileira determinou em 1988. Não só os conflitos agrários, quem sabe os mais visíveis, mas todos os conflitos e mazelas sociais deveriam ser objeto de estudo visando sua superação. O que a pesquisa mostra é que tudo está sendo judicializado e que há instrumentos para se pensar em soluções harmônicas, sempre mais justas e adequadas. Mas se a cabeça dos dirigentes dos proprietários de terras não está preocupada com soluções, dificilmente chegaremos a alternativas e o conflito deve continuar.

Realmente, enquanto faltar sensibilidade humana a uma das partes que tudo vê a partir do prisma do lucro, o trabalho do Estado, como conciliador, fica evidentemente prejudicado, nem haverá reforma do Judiciário, nem soluções alternativas. Vai imperar o radicalismo e sectarismo desejado pela Senadora.

Carlos Marés é doutor em Direito pela UFPR, professor da PUC/PR e ex-procurador geral do Estado do Paraná.



Seafro entrega certificação quilombola para a comunidade Campina Grande
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2014

Amazônia Brasil – O Governo do Amapá, por meio da Secretaria Extraordinária de Políticas para os Afrodescendentes (Seafro), entregou na manhã de domingo, 16, a certificação de terras da comunidade remanescente de quilombo Campina Grande, localizada no extremo Sul do Estado, às margens do km 21 da Rodovia Macapá/Laranjal do Jari.

Lá habitam 130 famílias formadas por filhos, netos e bisnetos de negros que agora passam a existir oficialmente para o Brasil como comunidade quilombola. Vivem da produção de farinha, mandioca e da extração do açaí, bacaba e de pequenas criações de animais. Desde 2012, os moradores acessam o Programa Territorial da Agricultura Familiar (Protaf), que, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), foram contemplados com 16 hectares e atualmente estão com 39 hectares. Possui somente uma escola com ensino fundamental de 1ª a 4ª séries.

O documento de certificação é uma espécie de identidade para comprovar que, naquela região, vivem descendentes de negros. O título é somente o primeiro passo para que a população tenha acesso às políticas públicas e saia do esquecimento para ter direitos a seus benefícios. E com esse avanço virá uma grande jornada para que as tradições dos antepassados se perpetuem.

“Há oito anos lutamos por essa certificação e ela tem um papel muito importante dentro da nossa comunidade, pois nos dará a garantia da terra e também de outros benefícios”, disse emocionado o presidente da Associação de Moradores, Edson do Carmo Costa.

Para a gestora da Seafro, Neucirene Almeida, isso é o começo de uma nova vida chegando aos negros. “É um mérito da comunidade, porque foram eles que decidiram ser quilombolas. Eu fico muito feliz quando essas políticas avançam e chegam ao nosso povo”.

O próximo território a ser certificado como remanescente de quilombola será Torrão do Matapi, a quinta localidade a receber a identidade durante a gestão do governador Camilo Capiberibe.



A relação dos povos indígenas com as terras, florestas e águas do vale do Rio São Francisco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2014

Terras sagradas

Por Renata Bessi, especial para a Repórter Brasil

Cabrobró (PE) e Floresta (PE) – “Você pode mudar da sua casa para outra facilmente. Mas os Truká e qualquer outro povo indígena não têm como levar seus encantados dentro de carro, de canoa ou guardar dentro de uma casa, porque eles estão lá na terra, na mata, na natureza”. Foi assim que o cacique do povo Truká, Aurivan dos Santos Barros, o Neguinho Truká, explicou a relação de seu povo com a terra durante audiência para demarcação de seu território. Questionado por um procurador de Pernambuco, que sugeriu como solução do impasse territorial a possibilidade de os indígenas mudarem-se para outras terras, ele falou sobre a relação sagrada entre o território e todos os elementos que o compõem, como rios, riachos, lameiros, barreiros, baixios, morros, serras.

“Eles estão lá e se a gente perder um território eles vão permanecer lá mesmo assim. E se a gente for para qualquer outro lugar, vamos ter uma história para contar e não uma história para vivenciar. Eles estão ali no nosso território... os encantados não são algo que se transporta como um sofá ou uma geladeira, porque eles ficam no espaço que é deles.”

O povo Truká, com sua maneira própria de construir sociabilidade e significar o mundo, vive na Ilha de Assunção, nas águas do rio São Francisco, em Cabrobó, sertão de Pernambuco, a 590 quilômetros de Recife. A ilha é composta por 25 aldeias que levam nomes de pássaros, árvores, flores, sementes. Até agora os indígenas conseguiram a demarcação de parte das suas terras. Estão em processo do que chamam de retomada do seu território.

A 94 quilômetros do território dos Truká, ainda no sertão de Pernambuco e próximo ao rio São Francisco, o povo Pipipan está organizado, ainda sem terra demarcada. Eles vivem na ribeira do rio Pajeú, em aldeias espalhadas pela caatinga do município de Floresta — Chiquiri, Alfredo, Barra do Juá, Faveleira, Caraíba, Serra Negra, Travessão do Ouro, Caldeirão, Capoeira do Barro.

Uma vez por ano, sempre no mês de outubro, os Pipipan param seus afazeres diários e deixam as aldeias para habitar por dez dias as matas dos encantados de Serra Negra, local em que predomina o brejo de altitude, com árvores que chegam a 30 metros de altura, diferente da caatinga — termo originário do tupi-guarani e que significa Floresta Branca — presente ao seu redor. Nesses dias os Pipipan concentram-se em um ritual envolto de mistério chamado Ouricuri.

“É um costume que trouxemos dos nossos antepassados, do povo antigo. Não podemos

CONT.



explicar, é um segredo, é um repasse que vem da natureza, já vem da nascerça e a gente tem que assumir, não se pode deixar. E tem que ser lá [na Serra Negra], tem que ser na mata porque não é para ninguém ver. E também não pode tirar [o ritual] para outro canto”, explica Expedito Rosendo dos Santos, 60 anos, pajé dos Pipipan.

Os Pipipan se reúnem desde o século 19 na Serra Negra, reivindicada por eles como território indígena, por causa do Ouricuri. Mas, desde 2011, correm o risco de perder o lugar sagrado de seus ancestrais por conta de conflitos com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela administração da Reserva Biológica de Serra Negra, criada em 1982.

Desde então o ritual só pode ser realizado sob a vigilância de funcionários da Funai (Fundação Nacional do Índio) e os indígenas não podem mais caçar ou tirar madeira e gravetos da serra para realizar o Ouricuri. Tudo tem de ser trazido de fora. “Eles ficam junto com a gente para vigiar o que a gente faz”, critica Expedito. Ao se transformar a área em reserva biológica, restringiu-se aos indígenas o uso de suas próprias terras.

Eles já tinham adaptado o ritual em relação aos costumes de seus antepassados por conta das consequências trazidas pelo desmatamento da mata do local.

“O ritual era realizado por nossos antepassados durante três meses. Agora não tem mais condição. Antes tinha caça, mel, tinha muita coisa para viver. Nós, para deixarmos a casa e passarmos 90 dias sem quase nada lá para comer, não dá, não tem como passar não. Não tem mais como assumir esse tempo”, explica o pajé.”

Enquanto o ritual dos indígenas é dificultado dentro da reserva, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia que os órgãos de fiscalização não agem com tanta eficácia quando se trata de desmatamento e caça predatória. “Não estão protegendo nada lá não... não é cercado para demarcar a reserva. Não tem uma estaca, é no meio do tempo ‘é no mundo’, e o bicho de fora [os brancos] é quem vem e mexe em tudo”, reclama Expedito.

Impactados e reimpactados

Indígenas da região colecionam histórico de violações. [Clique aqui](#) para ver mapa com as áreas citadas nesta reportagem

Os Truká e parte do povo Pipipan foram atingidos diretamente pela barragem de Itaparica, construída em 1989, cujas águas do São Francisco alagaram cidades inteiras como Petrolândia e Itacuruba para produção de energia elétrica.

Com as mudanças no fluxo da água, controlada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) prioritariamente para a geração de energia, o modo de plantio do povo Truká, relata estudos etnoecológicos feitos pela Funai em 2005, teve de ser readaptado. O plantio era feito “de vazante”, ou seja, nas épocas em que o rio baixava, deixando a terra fértil e rica em matéria orgânica. Todos sabiam quais as épocas do ano em que deveria ser colocada a roça com diversas espécies: feijão, mandioca, milho, cebola, batata, cana-de-açúcar. Esse

CONT.



era o “tempo da natureza”, no qual os índios podiam programar seu trabalho e esperar resultados. Atualmente, as águas do rio dependem do “tempo dos homens” e é extremamente difícil para os índios plantar nas vazantes, pois não existe previsão de quando as águas vão baixar. Com a perda quase total do plantio de vazantes, os índios são obrigados a plantar “de molhação”, ou seja, com sistemas de irrigação. Essa forma de plantio requer investimentos financeiros que nem sempre estão disponíveis para as famílias.

Em relação aos Pipipan, parte do povo viu suas terras e lugares sagrados serem inundados e hoje muitos deles vivem nas chamadas agrovilas, como a Agrovila 6, em Floresta, construídas para receber os desalojados.

Menos de 25 anos depois, uma das maiores obras de infraestrutura em curso no país pelo governo federal, a transposição do Rio São Francisco, impacta mais uma vez a soberania territorial desses povos. As duas tomadas de água — pontos de captação das águas do rio São Francisco — e o seu sistema de bombeamento, que alimentarão os dois canais da transposição que passarão por 268 municípios, estão nos territórios reivindicados pelos Truká — canal do Eixo Norte, em Cabrobó — e pelos Pipipan — canal do Eixo Leste, em Floresta.

O ponto de captação de água do rio São Francisco do Eixo Norte do projeto se localiza a menos de 80 metros da Ilha de Assunção, na divisa entre Bahia e Pernambuco, terra indígena Truká já demarcada, e atravessa seu território ainda em processo de demarcação. A água será levada por um canal a 402 quilômetros de distância para os rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN) e Piranhas (PB). A barragem de Pedra Branca, que será feita justamente na tomada d’água em Cabrobó, implicará a inundação de parte do território reivindicado pelo povo Truká.

Já no Eixo Leste, a tomada d’água está dentro do território reivindicado pelos Pipipan. A água será retirada do lago da barragem de Itaparica, na divisa entre Petrolândia e Floresta, e será levada por um canal de 220 quilômetros de extensão até o rio Paraíba (PB).

Ao todo, além dos cerca de 600 quilômetros de canal, estão sendo construídos duas barragens hidrelétricas, a de Pedra Branca e a de Riacho Seco, 9 estações de bombeamento, 27 aquedutos, 8 túneis e 35 reservatórios.

Este texto é parte da reportagem Transposição do São Francisco ameaça terras indígenas.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.

MAB bloqueia BR 364 por direitos negados em RO
SÍTIO MAB, 17.03.2014

Manifestantes exigem pagamento de dívida histórica para mais de mil famílias.



Nesta manhã do dia 17 de março de 2014, cerca de 300 atingidos pela Usina Hidrelétrica de Samuel, organizados no MAB, bloqueiam a BR 364 desde as 6 horas a fim de encaminhar uma negociação com o governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura, INCRA, Eletronorte e governo Federal.

Os atingidos da Usina Hidrelétrica de Samuel foram expulsos da beira do Rio Jamari há 30 anos. As famílias foram para áreas que hoje formam dois municípios e um distrito, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Triunfo, respectivamente. Há uma enorme dívida social com os atingidos: mais de mil famílias ainda permanecem sem terra; há falta ou baixa qualidade de energia elétrica; problemas de saneamento com a elevação do lençol freático; falta de infraestrutura para a produção camponesa, além da falta de acesso a direitos básicos como saúde e educação.

A Usina de Samuel foi construída em período de ditadura militar, onde a população atingida foi expulsa sem receber seus direitos. Desde então as famílias seguem a luta para recuperar os direitos negados. A população denuncia ainda que a ditadura nas barragens segue.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

A luta dos atingidos pela barragem de Samuel faz parte da Jornada Nacional de Lutas do Movimento dos Atingidos por Barragens e é solidária aos atingidos pelas Usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, onde só em Porto Velho há mais de 12.000 pessoas desabrigadas e mais de 100.000 sem acesso à água potável.

Em Março de 2011, após uma manifestação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Itapuã do Oeste, o Governo do Estado se comprometeu em criar uma mesa de diálogo com o movimento. Afirmou ainda que esta seria um canal aberto de contato com o movimento, assegurando que resolveriam as pendências do Estado articulando o que fosse necessário para ser tratado com o Governo Federal. Passaram-se 3 anos e não existiu avanços na pauta dos atingidos. O secretário chefe de gabinete do Governo do Estado de Rondônia, Waldemar Albuquerque comprometeu-se em agendar uma reunião nos próximos dias.

Os governos estadual e federal ao insistirem em negar a responsabilidade nas usinas de Samuel e Rio Madeira, mais uma vez violam os direitos das populações atingidas pelas barragens. Enquanto as empresas de energia possuem lucros extraordinários com a venda da energia elétrica, a população esta pagando a conta injustamente.

ÁGUA E ENERGIA, COM SOBERANIA, DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA E CONTROLE POPULAR!



CDH deve acompanhar situação de povos indígenas do Amazonas

SÍTIO VERMELHO, 17.03.2014

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados deve acompanhar a situação dos povos indígenas Tenharin, Juahui, Parintin, Mura, Mura Pirahã, Miranha, Torá e Apurinã, no estado do Amazonas. O pedido foi feito pelo deputado Padre Ton (PT-RO), em razão do estado de insegurança vivenciado na Terra Indígena Tenharin/Marmelo, após o assassinato de três pessoas na região.

“Apresentei requerimento para uma visita de integrantes da comissão a pedido do vice-coordenador da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira, Nilcélio Jiahuí, e do secretário de Assuntos Indígenas de Humaitá, Ivanildo Thenharin, que estão muito preocupados com a onda de violência e ódio aos povos indígenas após o desaparecimento e descoberta dos corpos de três pessoas”, destaca Padre Ton, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

No documento encaminhado pelo deputado, o líder indígena Tenharin retrata ter consciência de que ocorreu um crime na região, já que as vítimas foram encontradas após muitos dias, ressaltando que os povos indígenas sempre colaboraram com as investigações. “Inclusive temos cinco parentes presos, mas não podemos conviver com núcleos urbanos, como Santo Antonio do Matupi e Humaitá, contrários à nossa presença física e cultural, porque não somos criminosos”.

O requerimento do deputado Padre Ton foi apresentado à CDH na semana passada e deverá ser votado nesta quarta-feira (19).

Da Redação em Brasília
Com PT na Câmara



Cidades afetadas por Belo Monte não estão preparadas para os impactos que irão receber

SÍTIO ISA, 17.03.2014

Pela terceira vez, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) avaliou que as condicionantes antecipatórias de mitigação e compensação dos impactos socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), não foram executadas dentro do prazo pela Norte Energia

Pela terceira vez, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) avaliou que as condicionantes antecipatórias de mitigação e compensação dos impactos socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), não foram executadas dentro do prazo pela Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina.

A última análise do órgão federal, disponibilizada em janeiro último, não aponta qualquer garantia de operação do saneamento básico das cidades afetadas e a responsabilidade da conexão do sistema com os domicílios ainda não foi definida. As obras de saúde e educação continuam consideradas como não atendidas pelo Ibama. E lamentavelmente as condicionantes indígenas mais uma vez ficaram excluídas das análises.

Obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará

Belo Monte encontra-se numa fase crucial. O cronograma da empresa para o BNDES prevê o pedido de licença para início da operação no mês de julho deste ano. Desde o início da construção da usina, há três anos, todas as avaliações do Ibama apontam que a Norte Energia fracassou na implementação das "medidas antecipatórias", aquelas que deveriam preparar a região para receber o empreendimento.

As conclusões estão em uma nota técnica produzida pela equipe do ISA que monitora as obrigações de responsabilidade do empreendedor e do poder público relacionadas ao empreendimento. A nota baseia-se nos pareceres técnicos do Ibama e em respostas a pedidos de informação apresentados pelo ISA aos diferentes órgãos públicos envolvidos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC). Leia a nota técnica na íntegra

As avaliações e recomendações dos analistas ambientais do Ibama que acompanham mais detalhadamente o empreendimento foram em grande parte desconsideradas pela Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama (Dilic). Diversas recomendações de notificação ou sanção, assim como diversas avaliações de atrasos e descumprimentos de procedimentos e padrões ambientais, foram descartadas pela Dilic.

CONT.



Contradições

A nota do ISA apresenta o despacho da Dilic e o ofício da presidência da autarquia encaminhadas à Norte Energia no dia 14/2. A manifestação da presidência do Ibama deixa de mencionar os atrasos e descumprimentos apontados pelos analistas ambientais que acompanham diretamente o caso.

As inadimplências relacionadas à saúde, ao saneamento básico das localidades urbanas, à não finalização do cadastro de atingidos na área urbana de Altamira e à inadequada destinação da madeira são apresentadas como irregularidades graves pelos técnicos. Mesmo assim não houve um encaminhamento de cobrança, nem sequer de notificações quanto a essas questões pela diretoria do órgão federal.

O documento apenas notifica a empresa a respeito de três pontos: quanto ao atraso no saneamento básico de três pequenas comunidades rurais da Volta Grande do Xingu; a recomposição da estrutura viária interrompida pela construção do canal e dos reservatório da usina; e a construção de duas estradas de acesso aos canteiros, bloqueadas expressamente pela licença de instalação

A nota do ISA traz um placar geral sobre a análise do Ibama a respeito do quarto relatório da Norte Energia para acompanhamento das condicionantes socioambientais do licenciamento de Belo Monte, que se constitui em um rol de 23 exigências.

Em sua última avaliação, o Ibama reconhece uma melhora em relação à situação de atendimento das condicionantes desde a análise anterior, em maio de 2013. No entanto, quando se vai além do panorama geral de atendimento das condicionantes, analisando-se separadamente condicionantes relevantes para a viabilidade socioambiental da obra, constata-se que não ocorreu a mesma evolução. Ao contrário, o descumprimento das condicionantes é recorrente desde 2011.

Para o Ibama, a Norte Energia atendeu plenamente apenas condicionantes relativas à entrega de relatórios e monitoramento de dados.

Saneamento Básico

Para garantir a qualidade da água do reservatório da usina, o Ibama exigiu entre as condicionantes da licença de instalação da obra a implementação de sistema de esgoto nas cinco cidades localizadas no seu entorno. Em Altamira, as obras começaram com dois anos de atraso. Porém, não há nenhuma previsão de ligação domiciliar do sistema de tratamento de esgoto às residências. Atualmente, todo o esgoto da região é despejado no Rio Xingu.

"A empresa estadual de saneamento já disse que não pode entrar na casa das pessoas para fazer a ligação, a Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) está falida e a prefeitura não tem condições de arcar com este custo", disse o secretário de obras de Altamira, Rainério Meireles.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

O secretário defende que o custo das ligações domiciliares seja arcado pela Norte Energia, já que o compromisso no licenciamento diz respeito a "implementação intermitente", ou seja implementação total e no prazo estabelecido. Ele afirma que prefeitura, empresa e Ibama estiveram reunidos em fevereiro para discutir a questão, mas o encontro acabou sem propostas de solução. Meireles diz estar preocupado com o cronograma de implantação. "As obras na região central ainda nem começaram. São 60 mil residências para fazer a ligação domiciliar, isso levaria pelo menos um ano", diz. As contas do secretário não batem com o cronograma da empresa. A Norte Energia afirma que irá entregar o sistema dentro do prazo previsto, julho de 2014.

Placa da Norte Energia em Altamira

A nota técnica do ISA alerta que nas cidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal o saneamento foi construído, mas também não se realizou nenhuma conexão com as casas e não há qualquer previsão do início da operação.

O Ibama ressaltou que "a operação dos sistemas de esgotamento implantados depende das ligações domiciliares e das adequações sanitárias nas residências das duas localidades". Motivo que levou o órgão a classificar a condicionante de saneamento básico como não atendida.

"As ligações residenciais devem ser tratadas da mesma forma que todo o restante do sistema de esgotamento, ou seja, como responsabilidade da Norte Energia", afirma a advogada do ISA, Biviany Rojas.

Incerteza sobre atingidos

Parte da cidade de Altamira será alagada por conta da formação do reservatório da usina e cerca de 7 mil famílias que vivem nas margens dos igarapés ao redor da cidade serão obrigadas a abandonar suas casas. O Ibama vem verificando problemas na primeira etapa do reassentamento dessas famílias.

Os analistas do Ibama criticam a demora na conclusão do Cadastro Socioeconômico (CSE) e no acesso a informação dos cadastros por parte dos atingidos, que até dezembro do ano passado não havia sido concluído.

Apesar disso, a Norte Energia está solicitando adiantamento do prazo de demolição e limpeza das habitações nas áreas urbanas dos igarapés de Altamira para julho de 2014. A limpeza das áreas implica a expulsão imediata das famílias do local a ser inundado.

Caso o pedido de adiantamento do trabalho de limpeza das áreas urbanas que serão alagadas seja concedido pelo Ibama, sem que as etapas anteriores do processo estejam concluídas, estarão em risco a garantia do direito à liberdade de escolha pelas formas de indenização e do direito à moradia digna. Segundo o Ibama, o prazo máximo para terminar o cadastro é setembro de 2014.

CONT.



“Em Belo Monte falta transparência em todo o processo, desde a fiscalização do poder público à inexistência de espaços assistidos para solução dos casos de conflito. Estes fatores fundamentais para assegurar direitos e justiça estão sendo desrespeitados”, afirma André Vilas Boas, secretário executivo do ISA.

Madeira

A forma como a madeira, proveniente do desmatamento, foi retirada para a construção da usina recebeu críticas sistemáticas do órgão fiscalizador. O Ministério Público Federal de Altamira abriu um processo de investigação depois que o Ibama declarou, em um relatório de vistoria técnica de agosto de 2013, que o canteiro de obras é um “sumidouro de madeira”.

O Ibama afirma no parecer que mais de 80% das toras de boa qualidade não foram destinadas a qualquer fim útil. Apesar disso, o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) vem comprando madeira do mercado local para as obras civis, tendo declarado, apenas até o final de 2012, a compra de quase 20 mil m³ de toras, o equivalente a várias centenas de caminhões de madeira cheios.

Desde o parecer técnico de dezembro de 2012, os analistas responsáveis vêm constatando problemas quanto à forma de estocagem e monitoramento das toras geradas e apodrecimento de madeira nos pátios.

Saúde

Toda a região mantém a mesma infraestrutura de hospitais municipais de antes do início da construção da usina, em 2011. Em Altamira, apenas o Hospital Municipal São Rafael trabalha em regime de “portas abertas”, quando recebe pacientes sem encaminhamentos para áreas específicas. Boa parte das emergências da cidade, com cerca de 140 mil habitantes, é encaminhada ao São Rafael.

A construção do Hospital Geral de Altamira é a principal compensação na área de saúde pelo inchaço populacional na cidade. A obra está atrasada e a data de conclusão foi alterada de fevereiro para junho de 2014.

O secretário de Saúde do município, Waldeci Maia, reclama que boa parte da demanda dos hospitais é para atender os trabalhadores da usina e seus agregados, estimados em 25 mil. “Eu tenho que fazer malabarismo com o orçamento de R\$ 45 milhões. Metade é somente em folha de pagamento do hospital que não dá conta de atender as emergências. Eu sei que não dá conta”.

O Ibama confirma as reclamações do secretário e atribui um outro problema à sobrecarga no hospital São Rafael. O Hospital da Vila dos Trabalhadores ainda não foi concluído, apesar de ter sido previsto para setembro de 2013.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

“Em vistoria, o Ibama foi informado pela diretora do Hospital São Rafael que existe grande demanda naquele hospital por parte de funcionários do CCBM”, indica o último parecer do Ibama.

Os trabalhadores do Consórcio continuam pressionando a demanda sobre o sistema público de saúde. No parecer de maio de 2013, o Ibama solicitou à Norte Energia priorizar a implantação do módulo de emergência do hospital dos trabalhadores, mas a empresa não concluiu as obras no prazo estipulado. O Hospital de Vitória do Xingu, cidade que abriga o principal canteiro de obras da usina, não tem sequer projeto executivo.

Apesar do cenário caótico, a Norte Energia afirma em relatórios ao órgão fiscalizador que a construção de 27 Unidades Básica de Saúde já seria suficiente para atender a demanda da região. O Ibama não indicou qualquer notificação ou multa pela inadimplência nas condicionantes de saúde.



Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima elabora Carta Final com reivindicações e considerações destinada às Autoridades Públicas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.03.2014

Mais de mil participantes na 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas

Após quatro dias de discussão, debate e esclarecimentos, os povos indígenas de Roraima, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Yanomami, Patamona, e Sapará oriundos de doze etnoregiões do Estado, somando uma população de aproximadamente 55 mil indígenas, chegaram ao final de mais um grande evento promovido pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), a 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, com perspectivas de novos desafios traçados e compromissos de luta reafirmados em defesa dos direitos dos povos indígenas. A Assembleia foi realizada no período de 11 a 14 de março, no Centro Regional Lago Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol/RR.

A Assembleia com o tema "enfrentando os desafios com união, trabalho e articulação de todos", reuniu cerca de 1300 participantes, entre lideranças indígenas, tuxauas, mulheres, jovens, professores, agentes indígenas de saúde, agentes territoriais e ambientais indígenas, organizações indígenas, e os convidados, representantes dos órgãos públicos locais e nacionais, além da presença das entidades sociais.

funaiMulheres e lideranças indígenas recepcionaram a presidente da Funai

Nos primeiros dias, a Assembleia recepcionou a comitiva da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, presidida pelo Deputado Padre Ton (PT/RO), a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati e o Assessor da Coordenação Geral de Políticas para os Povos e Comunidades Tradicionais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira. Encerrando a programação, a presença do Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR), Mauro Campello.

Com base na programação, os povos indígenas e as autoridades públicas debateram temas referentes ao Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), questão fundiária, construído em seis terras indígenas de Roraima, valorização e fortalecimento das práticas sustentáveis das comunidades indígenas, análise jurídica e política sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Raposa Serra do Sol e Petição 3388, avaliação da gestão e atendimento da saúde indígena, e avaliação da educação escolar indígena e no último dia, o tema sobre política partidária e voto limpo.

Uma Carta Final, com as reivindicações e considerações dos povos indígenas destinada às autoridades públicas foi elaborada e aprovada pela plenária da Assembleia. O documento encaminha propostas e reivindicações referentes à questão fundiária indígena, sustentabilidade, análise das 19 Condicionantes no Supremo Tribunal Federal, saúde e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

educação indígenas, política e justiça eleitoral. Conteúdo, que faz um resumo de todos os questionamentos, manifestados pelos povos indígenas durante a Assembleia e que chamam atenção do Estado brasileiro, para as graves ameaças que violam os direitos constitucionais indígenas, amparados pelos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1998, reforçados pelos sistemas internacionais, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

A perspectiva é que, mesmo com os avanços e conquistas, o Estado brasileiro, por meio dos órgãos federais intensifiquem a implementação de ações públicas voltadas ao atendimento das necessidades e demandas dos povos indígenas tanto de Roraima quanto aos demais povos do Brasil, fazendo respeitar os direitos constitucionais, sobretudo direito à vida, dignidade, respeitando as diferenças, costumes e tradições.

lideranças

Lideranças indígenas definem e aprovam propostas

Os povos indígenas de Roraima, na Carta, também prestam apoio às causas dos demais povos indígenas do Brasil, em especial aos povos Tenharin, na região do Humaitá (AM), Tupinambá na Bahia (BA) e Guarani no Mato Grosso do Sul (MT). Reafirmando assim, o compromisso de luta coletiva dos povos indígenas. Para ler a Carta, clique aqui.

Fonte: Ascom/CIR



No AP, 7 mil índios em três aldeias terão acesso à internet banda larga
SÍTIO G1, 17.03.2014

*Medida faz parte de compensação por obra passar em terras indígenas.
Serviço beneficiará as aldeias de Kumarumã, Kumenê e Manga em Oiapoque.*

Índios de três aldeias de Oiapoque, a 590 quilômetros de Macapá, terão acesso à internet banda larga, segundo informou nesta segunda-feira (17) o governo do Amapá. Ela será implantada nas aldeias de Kumarumã, Kumenê e Manga. O serviço faz parte da contrapartida oferecida pela empresa Oi e o governo estadual, responsáveis por instalar a tecnologia no Amapá. O anúncio ocorreu durante o lançamento da banda larga no estado.

As compensações foram estabelecidas devido as obras de cabeamento de fibra óptica passarem por terras de nove aldeias. Dessas, apenas três ganharam acesso a internet por reunirem as maiores populações indígenas. Ao todo, elas abrangem cerca de sete mil índios, calculou a Secretaria Extraordinária de Políticas Indígenas. O restante das comunidades foi beneficiada com telefones e cursos de capacitação.

As obras de fibra óptica no Amapá iniciaram em 2011 e havia previsão para serem entregues no fim do ano seguinte, mas ficaram prontas somente em dezembro de 2013. O atraso, de acordo com o governo, foi provocado pela demora em chegar a um acordo entre a Oi, estado e as aldeias.

"Os povos indígenas vão ter uma série de compensações oferecidas pela Oi, entre elas, acesso à internet, rádio para comunicação, centros de inclusão digital e capacitação. As obras atrasaram por causa da liberação das terras, entre outras burocracias", disse o governador do Amapá Camilo Capiberibe, sem dar prazo para o início das contrapartidas.

De acordo com o secretário de Políticas Indígenas, os centros de inclusão digitais serão implantados em escolas. "Os nossos professores vão poder ensinar melhor as crianças porque com a internet o ensino será melhor", comentou.

Além da internet por fibra óptica, implantação de laboratórios e capacitação de índios, as aldeias ainda ganharam 40 rádios transmissores para facilitar a comunicação entre as comunidades.

"Reunimos em assembleia com todos os envolvidos porque a obra não poderia passar pelas terras indígenas sem que houvesse uma compensação. Recebemos uma primeira proposta e depois ofertamos a nossa, que seria beneficiar as três comunidades com maior número de indígenas", comemorou o presidente do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque (CPIO) Paulo Silva.

CONT.



Fibra óptica

Foi lançada nesta segunda-feira no Amapá, mais uma opção de internet por fibra óptica. Conforme informou a Oi - responsável pela distribuição da tecnologia -, o valor inicial de R\$ 59,90 está estabelecido para contratação do serviço de internet com velocidade de 1 mega. Para tecnologia de 2 megas e 5 megas, serão cobrados R\$ 79,90 e R\$ 109,90, respectivamente.

A internet recém-lançada é oriunda de Caiena, na Guiana Francesa, e poderá ser acessada em Macapá, Oiapoque, Calçoene, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Amapá e Santana. Os sete municípios abrangem 570 mil pessoas, segundo a empresa brasileira de telefonia. Os demais receberão internet via rádio por recepção de sinal de satélites com exceção de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, que vão receber internet através do Linhão de Tucuruí.



Governador Camilo Capiberibe recebe lideranças indígenas da região de Oiapoque
SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 17.03.2014

Mais de vinte lideranças indígenas da região de Oiapoque participaram na tarde desta segunda-feira, 17, de uma reunião com o governador Camilo Capiberibe para tratar de questões relacionadas à educação, esporte e transporte.

No entanto, o principal item da pauta foi com relação ao aumento da cota de combustível para as aldeias. As lideranças alegam que a qualidade repassada pelo Estado é insuficiente para atender as comunidades.

Sobre esse assunto, o governador Camilo Capiberibe disse que o Estado tem se articulado em Brasília para executar o programa do Governo Federal chamado Luz para Todos e, a partir de então, levar energia 24 horas para todas as comunidades indígenas e não indígenas.

"O custo com o combustível e o transporte dele até as aldeias é alto demais, por isso o ideal é levar energia 24 horas, mas, para que isso ocorra, é preciso o esforço conjunto de todos, inclusive das lideranças", ponderou o governador.

Camilo Capiberibe explicou aos índios que as comunidades rurais e indígenas têm sido prejudicadas pelo Ministério das Minas e Energia, que trata do Amapá de forma diferenciada dos outros estados. Só para se ter uma ideia, no Pará se paga R\$ 13 mil por cada ligação rural; no Amapá, somente R\$ 8 mil, tornando o Estado menos atrativo para as empresas. "Temos de lutar por um tratamento igualitário", resumiu o governador.

No que se refere à energia, o chefe do Poder Executivo criou, ainda durante a reunião, um grupo de trabalho para que até o evento Abril Indígena seja apresentada uma solução. "Será feito estudo para ver até onde podemos aumentar essa cota, que não será somente para os indígenas, mas sim para todas as comunidades que utilizam gerador e estão incluídas dentro do programa do governo", assegurou.

O coordenador do Conselho dos Povos Indígenas, cacique Ramon dos Santos, disse que as lideranças saíram satisfeitas com os encaminhamentos que foram feitos durante a reunião e que todos aguardarão abril chegar – nesse mês, em homenagens aos índios, o Governo do Amapá elabora diversas atividades – para sentar novamente à mesa.

"O governador disse que a próxima reunião será no Oiapoque, onde anunciará as medidas que foram tomadas para resolver algumas das nossas reivindicações, cuja principal é a energia", informou o cacique.

Da reunião participaram o chefe de Gabinete Civil, Délcio Magalhães; diretor-presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá, Francisco Almendra; e os secretários Bruno Mineiro (Transportes), Cláudia Camargo Capiberibe (Inclusão e Mobilização Social), Amilton Coutinho (Infraestrutura) e Coaracy Macial (Políticas para os Povos Indígenas).



Chuvas afetam povos indígenas na região de Juína

SÍTIO TOP NEWS, 17.03.201

A chuvarada intensa que tem caído na região noroeste do Estado de Mato Grosso tem trazido inúmeros problemas para os moradores de vários municípios, depois de Colniza decretar estado de emergência foi a vez de Juína que também teve situação decretada na última semana.

A grande quantidade de água altera a vida das pessoas na zona rural que muitas vezes tem de encontrar caminhos alternativos que em vários casos também ficam intrafegáveis.

A aulas nas escolas rurais e urbanas tiveram as aulas comprometidas por causa da dificuldade de tráfego dos ônibus escolares. Na rede estadual as aulas que deveriam iniciar nesta segunda-feira foi prorrogada para a próxima quarta-feira (19), podendo sofrer alteração.

Até as comunidades indígenas soma prejuízos com as chuvas, crianças Rikbaktsa as vezes perdem aulas por causa da dificuldade de navegar pelas águas, já que o transporte se dá por vias aquáticas, segundo Paulo Rikibaktsa até as pequenas lavouras sofrem estragos.

“Nosso povo planta para o consumo das aldeias mas, mesmo assim tem perdas, tudo fica mais difícil”, concluiu.



Política de educação superior para indígenas é discutida

SÍTIO MEC, 17.03.2014

O primeiro encontro do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação para discutir a política de educação superior destinada aos indígenas ocorreu nesta segunda-feira, 17, em Brasília, com pesquisadores, indígenas e representantes do MEC.

O objetivo é apresentar uma proposta de política que contemple as demandas dos indígenas por formação em nível superior e os processos de conhecimento próprios dos diferentes povos. O modelo a ser desenhado pode ser o de uma universidade intercultural, institutos que se articulem em rede nacional, entre outros.

Macaé Evaristo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que coordena o grupo de trabalho, afirmou que um dos desafios é a área da pesquisa, independente da instituição onde ela será desenvolvida. "Na pesquisa é preciso pensar numa articulação entre o conhecimento tradicional indígena e o conhecimento acadêmico", disse.

Para a representante indígena de Paresi (MT), Francisca Novantino Pinto de Ângelo, a iniciativa de pensar políticas e propostas referentes ao ensino superior para os índios é muito importante e é uma demanda antiga do movimento indígena.

Já a professora e pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), América César, destacou a reivindicação do movimento indígena por um sistema próprio de educação no qual os índios possam ser os atores também da gestão escolar. "O modelo da política será ainda discutido, mas precisamos valorizar as formas de pensar e educar dos indígenas", afirmou a professora, ao defender um lugar para os saberes e necessidades dos índios.

Assessoria de Comunicação Social



CHEIA – Rio Madeira atinge 19,12 metros surto de leptospirose pode ser questão de dias

SÍTIO GAZETA CENTRAL, 18.03.2014

O rio Madeira registrou na manhã desta segunda-feira (17) a marca de 19,12 metros acima do seu nível normal. O rio vem mantendo a média de aumento de seu nível a dois centímetros por dia, isso de acordo com os dados registrados pela Marinha do Brasil.

Esse numero é considerado histórico, já que supera em quase dois metros a marca de 17,52 metros registrada no ano de 1997. O Governo Federal reconheceu neste sábado,15, o Estado de Calamidade Pública em Porto Velho.

Informações dão conta de que existem pontos que o volume do seu nível aumenta sete centímetros diários, a previsão menos pessimista é a de que antes do final do período de inverno amazônico o nível do rio Madeira em Porto Velho chegue até os 19,40 metros.

Nos distritos ribeirinhos as comunidades já estão fora de risco, soldados do Exército Brasileiro estão montando acampamento para abrigar as famílias vítimas da cheia que ainda permanecem alojadas em escolas públicas da capital, outro ponto de preocupação, pois até o momento os alunos da rede pública de ensino em Porto Velho ainda não iniciaram o ano letivo.

Dentro da área urbana de Porto Velho o problema com doenças infectocontagiosas vem se tornado uma constante crescente, o risco aumenta nos bairros do Centro da capital onde é possível observar um grande numero de caramujos africanos, além de centenas de larvas. Dados apontam que um surto de leptospirose é questão de dias em Porto Velho.

Na área conhecida como "Cracolândia" de Porto Velho a situação é mais complicada, deixados para trás após a alagação, muitos decidiram morar em acampamentos improvisados às margens de uma avenida alagada.

Nos município de Guajará-Mirim e Distrito de Nova Dimensão o problema com o isolamento das comunidades com o restante do estado foi amenizado após a presidente da república afirmar em visita à Porto Velho que irá abrir a "Estrada Parque" que ligará os municípios até a cidade Ariquemes por dentro de uma área de reserva ambiental.



Embasa apoia criação de projeto ambiental em São Desidério (BA)

SÍTIO AESBE, 18.03.2014

Os técnicos da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) se reuniram, na última quinta-feira (6), junto com poder público e moradores dos povoados do Ribeirão e Roçado Velho, em São Desidério, na Bahia, e se comprometeram a apoiar as ações para recuperação e revitalização das margens do rio Grande, próximo à área de captação da Embasa. Eles vão apoiar o poder público municipal na concepção de um projeto hidroambiental, que envolve recuperação e educação ambiental para a área impactada, a ser apresentado para obter recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente de São Desidério. Uma visita de campo para coleta de informações no local está programada para o final do mês.

Embora a área da captação da Embasa em São Desidério forneça água de qualidade para abastecimento, o biólogo da Embasa, Wander do Nascimento, acredita que o projeto vai ajudar a sensibilizar os ribeirinhos para a importância de conservar toda a margem do rio Grande para a manutenção dos recursos naturais. "Por ser muito próximo de uma área pública de lazer com acesso aos moradores, tornam-se importantes ações que visam a melhoria da qualidade das margens para manter a qualidade da água para o abastecimento", afirma. Além de representantes da Embasa, a reunião teve participação de membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Desidério, Câmara Municipal e sindicatos locais.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Embasa



Projeto Ribeirinho Cidadão, um resgate da cidadania

SÍTIO HIPER NOTÍCIAS, 18.03.2014

Em 05 de outubro de 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil foi apelidada de "Constituição Cidadã" por Ulysses Guimarães, tendo em vista trazer no seu bojo várias normas voltadas para o atendimento social da população brasileira. Passados mais de 25 anos da sua promulgação, a "Constituição Cidadã", trouxe como um de seus direitos e garantias individuais a assistência jurídica integral e gratuita, conforme vai veiculado no seu art. 5º, inciso LXXIV, lembrando-se que esse trata de gênero que compreende a assistência jurídica gratuita stricto sensu, a assistência administrativa gratuita, a assistência judiciária gratuita e a gratuidade de justiça.

Essa assistência jurídica gratuita stricto sensu, assim consideradas as atividades técnico-jurídicas voltadas à informação, consultoria, aconselhamento e orientação dos cidadãos, é o primeiro caminho para se poder garantir o efetivo acesso à Justiça, pois em algumas situações somente com a atividade dos profissionais da advocacia pública, caso da Defensoria Pública, e dos órgãos judicantes, caso do Poder Judiciário, e dos fiscais da lei, caso do Ministério Público, é que direitos sociais básicos ganham total efetividade.

No Estado de Mato Grosso, a população ribeirinha da bacia do Rio Cuiabá ficava excluída do exercício da sua cidadania, pois os poderes constituídos ficam distantes e as condições socioeconômicas não permitiam os deslocamentos aos municípios sedes das comarcas para a solução dos seus problemas jurídicos. Essa exclusão começou a ser afastada quando a Defensoria Pública, o Poder Judiciário começaram uma parceira institucional de grande alcance social com o lançamento do Projeto Ribeirinho Cidadão.

Por esse projeto, a população ribeirinha necessitada, aquela que não conseguia vir às sedes das comarcas, onde se situam os fóruns de Justiça, passou a ser atendida de forma integral, com os conflitos sendo solucionados de forma imediata ao serem apresentadas a petição inicial, a colheita da prova, o parecer e a sentença, numa demonstração de justiça célere e eficaz. E não forma somente os conflitos, pois na jurisdição voluntária são realizados registros de nascimento tardios, casamentos e confecção de títulos eleitorais.

O Núcleo da Defensoria Pública da Comarca de Santo Antônio de Leverger verificou inicialmente a distorção decorrente da falta de comparecimento das pessoas necessitadas a sede da comarca para solucionar suas situações jurídicas, o que levou ao estabelecimento de parcerias com o Poder Judiciário, instituições públicas e os municípios ribeirinhos. Assim foi que, em abril de 2006, com apenas 10 dias de efetivo atendimento, o Projeto Ribeirinho Cidadão deu seus primeiros passos e atendia apenas a dez por cento da população carente das comarcas de Santo Antônio de Leverger e do município de Barão de Melgaço.

O Projeto Ribeirinho Cidadão mostrou as necessidades da população, que não era somente de justiça, mas também de informações sobre aposentadoria, expedição de segunda via de documentos de identidade, CPF, Título Eleitoral, o que fez agregar o apoio do Governo do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Estado de Mato Grosso para possibilitar o atendimento com profissionais de saúde lato sensu, Secretaria de Segurança Pública e Saúde, Ministério da Fazenda.

As dificuldades são vencidas com a boa vontade de todos os parceiros, sendo atendidas cada vez mais pessoas e comunidades ao longo do Rio Cuiabá, estendendo-se agora para o município de Poconé, em outros afluentes, além de trechos pela via terrestre, o que denota ser uma atividade verdadeiramente itinerante de cidadania. Mas não existem dificuldades intransponíveis se todos os parceiros estão imbuídos de dar efetividade a cidadania para aqueles que nunca imaginavam um dia recebe-la na sua própria comunidade.

Mais do que prestar esse serviço à população carente no Projeto Ribeirinho Cidadão como um dever público decorrente do exercício do cargo, é certo que prestá-lo faz com que os profissionais da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal Regional do Trabalho Ministério Público, Secretarias de Segurança Pública, de Saúde, Meio Ambiente, Banco do Brasil, Prefeitura de Barão de Melgaço, Exército, Imprensa, Médicos, Enfermeiros, bem como a tripulação do barco, onde todos os envolvidos atinjam o bem-estar espiritual trazido com a felicidade de receber um sincero sorriso e um fraterno abraço como verdadeiro pagamento por parte de todo povo Ribeirinho.

Por fim, registro meu apreço e admiração a todos os participantes do Projeto Ribeirinho Cidadão VII, que deixaram seus familiares para dedicar seu tempo aos menos favorecidos, com muita garra, dedicação, união e força de vontade em ajudar o próximo.

* JOAQUIM JOSÉ ABINADER GUEDES DA SILVA é defensor público de Entrância Especial.



Famílias ribeirinhas reclamam de descaso

SÍTIO JVA ON LINE, 18.03.2014

IPATINGA – Famílias que residem às margens do Córrego Forquilha, no trecho do bairro Vila Celeste entre a rua Antônio Boaventura Batista e a rua Pelicano, reclamam de um grave problema que os afeta há três anos. Após o túnel, onde há uma queda d'água, existe no lado da rua Pelicano um barranco que corre risco de desabamento. Em caso de incidente, pelo menos três casas seriam afetadas.

Segundo moradores do local, o problema começou após o rompimento de uma tubulação da Copasa. "Depois que o tubo rompeu, o barranco começou a ceder. Em época de chuva a gente tem que abandonar a casa por medo de desabamento. Nós até fizemos uma contenção, usando pneus, mas as últimas chuvas levaram tudo", disse a dona de casa Sônia Maria Araújo, de 48 anos, moradora da residência de número 41, na rua Pelicano.

O aposentado Juraci Matias, de 56 anos, cunhado de Sônia, afirma haver descaso por parte da administração municipal em relação ao problema. "Há pouco tempo vieram aqui funcionários da Prefeitura de Ipatinga e da Copasa para avaliar o problema. Eles disseram que a situação teria que ser resolvida de maneira conjunta, entre a Prefeitura e a Copasa. Mas depois disso ninguém voltou mais. O problema permanece. O perigo continua", lamentou.

Não bastasse o risco de queda do barranco no trecho entre as ruas Antônio Boaventura Batista e Pelicano, do Córrego Forquilha, no mesmo local, porém do lado oposto, existe um tampão de esgoto com defeito. O problema já virou questão de saúde pública, conforme denuncia o aposentado Juraci Matias.

"O mau cheiro é insuportável. Esse odor desagradável prejudica todo mundo. Há crianças que adoecem por causa da exposição ao esgoto. Ainda por cima nesse trecho do córrego há muitos peixes, mas infelizmente eles ficam no meio do esgoto. É um problema sério", denuncia Juraci. O mais grave é que o Córrego Forquilha, que está bastante poluído pelo esgoto, deságua no Ribeirão Ipanema, representando uma agressão ainda maior ao meio ambiente.

O JORNAL VALE DO AÇO entrou em contato com a Prefeitura de Ipatinga para saber se existe um plano da administração municipal para solucionar os problemas no Córrego Forquilha. Porém, até o fechamento desta edição, não obtivemos retorno.



Cheia histórica do Madeira deixa bairros abandonados em Porto Velho

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 18.03.2014

Situado às margens da histórica estrada de ferro Madeira-Mamoré, o bairro do Triângulo é um dos mais antigos de Porto Velho. Mas há cerca de um mês o local, moradia de ex-ferroviários e de famílias tradicionais da cidade, tornou-se atração turística por outra razão: o abandono.

Hoje quase sem nenhum morador, o bairro atrai curiosos que fazem fila para passear de barco e ver de perto moradias, lojas e cabarés submersos pelo rio Madeira.

Essa é a maior cheia de que se tem notícia nos cem anos de fundação da capital de Rondônia. Como Triângulo, outros quatro bairros estão desertos devido à cheia.

O passeio para ver de perto a tragédia custa a partir de R\$ 5 por pessoa, segundo os barqueiros que aproveitam a oportunidade de lucro extra.

Há pelo menos 30 embarcações, diz Mauricélio Pinheiro, 27, que deixou um garimpo por causa da cheia e ganha até R\$ 500 por semana com os passeios.

"As pessoas sabem que o bairro está todo inundado, mas querem ver com os próprios olhos. Não há quem não se impressione com a cena."

Telefones públicos, placas de sinalização e semáforos praticamente sumiram. Algumas casas mantêm portas e janelas abertas, por onde é possível espiar resquícios de lares, igrejas, bares e lojas.

No domingo, quando a reportagem esteve no local, o nível do rio estava 19,15 m acima do normal. Até abril, deve alcançar 19,40 m, estima a Defesa Civil. Mais de 3.500 famílias já foram afetadas pela cheia na capital.

"A gente mora aqui há muito tempo e fica espantado de ver um lugar tão antigo sumir", disse o comerciante Roberto Feitosa, 47, um dos turistas do passeio.

Por todo o bairro ribeirinho, perto do centro, há lixo e milhares de peixes mortos boiando nas águas barrentas.



Plano de manejo de jacarés amazônicos é tema de livro

SÍTIO REVISTA TERRA DA GENTE, 18.03.2014

Obra apresenta desde o histórico uso dos jacarés para vários fins até os sistemas de manejo em comunidades ribeirinhas

A caça indiscriminada de jacarés amazônicos, como o jacaré-açu para o aproveitamento de sua pele fez com que a população desta espécie diminuísse consideravelmente. Para contar esta e outras histórias, o Instituto Mimirauá publicou o livro "Construindo as bases para um Sistema de Manejo Participativo dos Jacarés Amazônicos", onde apresenta práticas sustentáveis de conservação destas espécies.

A publicação tem como base as legislações estaduais e federais, e também critérios biológicos e sociais destes jacarés. Para um dos autores do livro, Robinson Botero Arias, que também é pesquisador do Instituto Mamirauá, "o objetivo do protocolo de manejo de jacarés é apresentar de forma clara e estruturada os critérios e as diretrizes para construção e implementação de um sistema de manejo de jacarés, com base comunitária".

O livro apresenta todo o histórico de uso dos jacarés amazônicos, desde a caça para o aproveitamento da pele, proibida em 1967, que aumentou relativamente a população do animal, até o comércio de carne para populações ribeirinhas.

Além disso, a obra apresenta dados biológicos das espécies jacaré-açu e jacaretinga, as mais encontradas na região amazônica, e também uma Projeção do Sistema de Manejo Participativo dos Jacarés Amazônicos em Unidades de Conservação para a organização comunitária. Arias aponta que "a geração de conhecimentos básicos para avaliar e aperfeiçoar critérios ecológicos, e que direcionem as futuras ações de aproveitamento de jacarés, deve ser tratada como um compromisso coletivo".

Também são apresentados os princípios do sistema, desde a organização comunitária ao mapeamento de jacarés, o plano de manejo e o amparo legal para um sistema como este (leia-se o passo a passo).

A publicação possui a versão em PDF disponível para download no site do Instituto Mamirauá.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Ribeirinhos de Rodrigues Alves recebem atendimento de saúde

SÍTIO AC 24 HORAS, 18.03.2014

Uma equipe de saúde da Prefeitura de Rodrigues Alves está há uma semana visitando as comunidades localizadas ao longo do Rio Paraná dos Mouras para da assistência à população que mora distante das unidades de básicas de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde desenvolve um programa itinerante há cinco anos que garante a presença de equipes médicas nas comunidades rurais durante o período de verão em que as estradas do município oferecem boas condições de acesso, e no inverno, momento em que os rios possibilitam a navegação, nas comunidades ribeirinhas.

Para garantir toda logística e a boa qualidade do atendimento, o prefeito Francisco Ernilson de Freitas (Burica) e o vice-prefeito Jailson Amorim acompanham a equipe de saúde nas comunidades visitadas.



Ministros do STF e STJ debatem o agronegócio com produtores rurais de MT
SÍTIO DIÁRIO DE CÁCERES, 18.03.2014

No Brasil existem cerca de 100 milhões de processos tramitando nas varas da justiça para um número de juízes que não chega a 20 mil. Essa desproporção, considerada motivo de preocupação para a sociedade, inclusive para o agronegócio, foi apresentada pelo ministro do Supremo Tribunal de Federal (STF), Gilmar Mendes, aos participantes do I Seminário sobre o Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso e seus Reflexos no Sistema Judicial.

O evento foi realizado pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ-MT), de 13 a 15 de março, em Sorriso. Na oportunidade, os magistrados também discutiram sobre questões indígena, fundiária e ambiental.

Mendes destacou a necessidade de uma reorganização dos processos e a revisão do modelo das ações de caráter individual. "Creio que deve ser buscado o modelo de ações coletivas, quando for possível", afirmou, destacando que é importante os juízes conhecerem a realidade daquilo que eles estão apreciando e julgando.

O seminário foi considerado um marco na história do município de Sorriso e de Mato Grosso por unir produtores rurais e magistrados com o mesmo propósito: debater o agronegócio e os impactos no sistema judicial. "É preciso que os diversos setores da sociedade se articulem para dialogar com o judiciário e o judiciário se prepare para responder a essas diversas demandas. A iniciativa é extremamente positiva", avaliou Mendes.

Terras Indígenas – Para o STF os estados e municípios afetados pela demarcação de terras indígenas (TI's) não podem ficar alheios ao procedimento demarcatório. "A exigência de que agora nas demarcações haja a participação de estados e municípios afetados é um bom sinal, pois evitará, talvez, as deliberações unilaterais que tenham ocorrido no plano das demarcações", opinou Mendes.

A Famato considera esse entendimento do judiciário um grande avanço para o setor produtivo e a sociedade. "Além disso, nós entendemos que é importante a aprovação da PEC 215, que irá atribuir ao Congresso Nacional a competência para aprovar a criação e demarcação de terras indígenas no país", afirmou o presidente da Famato, Rui Prado.

Conforme o ministro Gilmar Mendes é fundamental que seja seguida a decisão do supremo que emitiu diretrizes para além do caso específico da Raposa Serra do Sol, em Roraima. "Aqueles condicionantes, a rigor, se aplicam a outros casos. Contém orientações para outros casos, inclusive, quanto ao uso de terras na questão de obras públicas em áreas indígenas ou a instalação de quartéis das Forças Armadas nesses locais", acrescentou.

Os problemas de ordem fundiária também foram debatidos no encontro. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, disse que para solucionar os problemas

CONT.



de natureza fundiária é necessário, em primeiro lugar, investir em tecnologia. “Na época do GPS não se admite mais títulos em cascata, um título sobre o outro. Isso é uma aberração, sobretudo por que temos a tecnologia disponível”, afirmou.

Código Florestal – Um dos instrumentos do novo Código Florestal é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que ainda não foi implantado em sua totalidade no Brasil. Seu objetivo é integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal (RL), das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das consolidadas nas propriedades e posses rurais do país.

Na avaliação do ministro Benjamin é necessário que o CAR seja implantado logo no Brasil: “É importante que as entidades do agronegócio pressionem, no bom sentido, para que o CAR seja rapidamente viabilizado no país como um todo. A jurisprudência é que enquanto não vier o CAR aplica-se a lei anterior. O CAR é o que abre o novo sistema do código para o proprietário e daí a necessidade em fazer com que esse instrumento seja viabilizado”, alertou Benjamin.

Código Comercial – O ministro do STJ, João Otávio Noronha, abordou em sua palestra os instrumentos de concessão de créditos. De acordo com ele, o Brasil será o primeiro país no mundo a reconhecer o agronegócio como uma atividade empresarial por meio do projeto do Código Comercial, que ainda está em tramitação no Congresso Nacional. No projeto existe um capítulo dedicado exclusivamente ao agronegócio.

“Essa importância de incluir o agronegócio no Código Comercial foi reconhecida pela comunidade jurídica. É bom que saibam para atuarem positivamente no Congresso Nacional levando suas pretensões e propostas de aperfeiçoamento para termos um código comercial à altura do desenvolvimento do país. O país não pode mais, na medida em que se industrializa, viver sem regras claras do mundo empresarial”, enfatizou Noronha.

O evento, realizado pela Famato, em parceria com o TJ-MT, Aprosoja, Senar-MT, Sindicato Rural e prefeitura de Sorriso, contou com a presença de mais de 500 pessoas entre produtores, juízes, desembargadores, professores, estudantes e advogados.

O próximo seminário está previsto para abril de 2015 e contará com a participação de representantes internacionais do poder judiciário.

Confira as fotos do evento em nossa página do Facebook: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.675732892499384.1073741884.149180061821339&type=1>.

fonte: Ascom/Famato



Funai avalia inadimplência de Belo Monte com indígenas: 64% das obrigações ainda têm pendências

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2014

Análise do órgão indigenista federal mostra que, de um total de 31 obrigações para com os povos indígenas afetados pela hidrelétrica, 22 seguem com atrasos e pendências desde 2009

Letícia Leite - ISA*

O ISA teve acesso à mais recente avaliação da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre o status de cumprimento das 31 condicionantes indígenas da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Disponibilizada em 7 de março, a análise aponta que 22 de um total de 31 obrigações apresentam atrasos ou pendências, desde 2009. O documento não avalia a principal obrigação da empresa Norte Energia, responsável pelo empreendimento: a implantação do Projeto Básico Ambiental (PBA), integralmente contratado só em agosto de 2013, depois de mais de dois anos de iniciadas as obras da usina.

A Funai confirma que as principais inadimplências concentram-se nas responsabilidades do poder público. O governo assumiu o compromisso de regularizar terras impactadas, criar postos de vigilância e proteção e também fortalecer a estrutura da própria Funai, tudo antes do início da construção da hidrelétrica. As ações ignoradas pela administração federal eram preventivas e seu descumprimento levou à ampliação dos impactos já esperados, como o aumento de desmatamento ilegal nas Terras Indígenas (TI) Cachoeira Seca e Apyterewa.

Entre as principais omissões da Norte Energia, estão a não execução das condicionantes relativas à reestruturação e fortalecimento do escritório da Funai em Altamira, onde está sendo construída a hidrelétrica, com o objetivo de que o órgão indigenista pudesse responder à crescente demanda das comunidades impactadas pelo empreendimento. A inadimplência é alvo de investigação do Ministério Público Federal. O termo de compromisso que deverá garantir os recursos para a implementação das ações de prevenção, mitigação e compensação dos impactos socioambientais aos povos indígenas atingidos por Belo Monte ao longo de 35 anos também não foi assinado.

(Confira abaixo o placar sobre o status das condicionantes indígenas, baseado na avaliação da Funai)

CONT.



Responsável Categoria	Empreendedor (Norte Energia S.A)	Poder Público (GEPAC, Funai, MJ, SESAL, INCRA, MDA, MMA, etc.)	Poder Público e Empreendedor	TOTAL
Não Atendidas	3	7	1	11
Em Atendimento	5	4	2	11
Atendidas	8	1	0	9
TOTAL	16	12	3	31

“Após três anos de construção da Usina sem que as medidas de prevenção, mitigação e compensação de impactos tenham sido executadas, o contexto atual é totalmente diferente daquele de 2009, momento no qual a Funai definiu um conjunto de condições que supostamente garantiriam a viabilidade ambiental da obra. Portanto, antes de avaliar a concessão da Licença de Operação da Usina, deve ser avaliada a efetividade das condicionantes vigentes e, se concluído que as obrigações atualmente definidas não possuem mais o condão de mitigar ou compensar adequadamente o impacto já gerado ou prestes a o ser, que sejam reavaliadas as obrigações inicialmente estabelecidas e os prazos tanto para o poder público e para o empreendedor cumpri-las”, conclui uma avaliação produzida pela equipe do ISA que monitora as obrigações de responsabilidade do empreendedor e do poder público relacionadas ao empreendimento.

A nota baseia-se em respostas a pedidos de informação apresentados pelo ISA à Funai e outros órgãos competentes por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) (leia aqui a Nota do ISA e respostas do SIC).

*Informe do Instituto Socioambiental (ISA), publicado pelo EcoDebate



Indígenas Kaingang ocupam sede da AGU e pedem revogação da portaria 303
SÍTIO CIMI, 18.03.2014

Indígenas Kaingang do Sul do Brasil ocupam a sede da Advocacia-Geral da União (AGU) hoje, dia (18), em Brasília. O grupo pede a revogação da Portaria 303, norma que estende todas as condicionantes sobre a terra de Raposa Serra do Sol as Terras Indígenas (TIs) do país, impedindo assim, a revisão e ampliação das mesmas.

O grupo afirma que só saíra quando o ministro da AGU, Luis Adams, receber toda a delegação composta por quase 50 indígenas. "Nossa reivindicação é a terra. Eles criaram a portaria para acabar com a terra indígena. Nossa ocupação aqui é para revogar a Portaria, pois ela discrimina não só o povo indígena, mas o povo brasileiro, porque nós cuidamos da água e preservamos a mata. O povo tem saúde por causa da mata, por isso tem que revogar. Ficaremos aqui até receber toda nossa delegação", aponta o cacique Luis Salvador Kaingang, da Terra Rio dos Índios, do município de Vicente Dutra, Rio Grande do Sul.

A portaria está em vigor desde 5 de fevereiro e vem servindo de empecilho para a efetivação 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre seus pontos, a portaria garante a entrada, sem consulta prévia aos povos indígenas, de empreendimentos, inclusive do agronegócio, e bases militares no interior dos territórios tradicionais. "Esta demanda nunca foi trazida para cá. A portaria ainda está em fase de estudo e só será empregada quando forem analisadas suas particularidades", afirmou o procurador-geral Federal, Marcelo de Siqueira. Uma reunião com o grupo de estudo da Portaria e os indígenas está agendada para a tarde de hoje, 18 de março.

Concomitante as ações em Brasília, cerca de 300 Kaingang também bloquearam a BR-285, ontem, na altura do município de Gentil, no Rio Grande do Sul e ocuparam a regional da Funai, no município de Passo Fundo- RS. Dentre as pautas, o grupo pede homologação imediata da Terra Indígena Rio dos Índios; assinatura da Portaria Declaratória para Votouro Kandóia e Irapuá (Guarani); publicação do Relatório de Mato Castelhana e conclusão dos processos demarcatórios da Terra Indígena do Passo Grande do Forquilha.

Os indígenas ainda apontam que não aceitarão as medidas tomadas em relação à Terra Indígena Guarani Mato Preto, onde através de pressão forçou-se a comunidade a reduzir seu território e exigem a imediata regularização fundiária nos limites estabelecidos pelo estudo da Funai.

Um povo à margem

Às margens de rodovias, os povos indígenas no Sul do Brasil esperam a demarcação de suas terras, sob frio intenso e até atropelamentos. Os acampamentos de lona e madeira mostram uma triste realidade, constituem pequenos espaços de terra onde dezenas de comunidades indígenas estão abandonadas, muitas vezes rodeadas por plantações de soja. Na maioria das

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

terras a Funai iniciou o processo de demarcação, porém sem finalização do processo administrativo.

Em 2012 o jornal indígena, o Porantim percorreu os acampamentos indígenas no sul do Brasil, mas desde a publicação da reportagem a situação na região continua grave. "Faz dois anos que o governo federal não mexe em nenhum processo indígena no Sul do Brasil", afirma Isaías Jacinto Kaingang.



FUNAI pede que Petrobras retire balsas no entorno de terras indígenas no rio Tapauá no Amazonas

SÍTIO AGÊNCIA VANGUARDA, 18.03.2014

A Funai (Fundação Nacional do Índio) informou ao site Amazônia Real neste final de semana que recomendou a suspensão das atividades de navegação de balsas da Petrobras na bacia do rio Tapauá, afluente do rio Purus, região que fica no entorno de terras indígenas no Amazonas. A fundação disse que também solicitou, em caráter de urgência, reunião com representantes da empresa. A medida é para evitar possível conflito entre operários da Petrobras e indígenas.

No dia 26 de fevereiro, o Amazônia Real publicou que a Petrobras havia iniciado atividades de prospecção de gás e petróleo entre na região do Tapauá que abriga sete terras indígenas, sendo que em duas vivem índios isolados e semi-isolados.

A Coordenação Regional do Médio Purus da Funai informou na ocasião que não foi consultada pela Petrobras, assim como os indígenas, sobre a prospecção no Tapauá. A presença de 15 balsas da Petrobras no rio Tapauá gerou críticas de pesquisadores e ambientalistas nas redes sociais e de políticos na Câmara e no Senado, que cobraram providências do governo federal sobre a situação.

Em nota encaminhada ao Amazônia Real, a Funai afirma que quer o esclarecimento da Petrobras sobre a atividade e a implantação de ações de mitigação de possíveis impactos junto às comunidades indígenas.

“No resguardo de possível conflito entre trabalhadores e comunidade indígena, a Funai recomendou formalmente a suspensão das atividades de navegação das balsas nos trechos próximos às Terras Indígenas e solicitou, em caráter de urgência, reunião com representantes da Petrobras, visando esclarecimentos acerca das atividades e orientações referentes à implantação de ações com vistas a mitigar possíveis impactos junto às comunidades indígenas”, diz a nota.

Segundo a Funai, apesar das atividades da Petrobras estarem distantes mais de 100 quilômetros das terras indígenas, há de se considerar que, ao trafegarem pelo rio Tapauá, as balsas estão margeando as reservas. Isto ocorre especialmente em área do rio compreendida entre as Terras Indígenas do Lago Manissuã e Paumari do Lago Paricá.

O assunto do rio Tapauá está sendo tratado com rigor pela Funai, que marcou uma reunião com representantes da Petrobras para esta semana, em Brasília. Também está marcada uma reunião entre indígenas da etnia paumari e funcionários da Petrobras na aldeia Manissuã, na região do rio Tapauá no próximo dia 27, no município de Tapauá, a 448 quilômetros de Manaus.

A terra indígena paumari é a que fica mais próxima da área onde a Petrobras iniciou atividades de prospecção em fevereiro passado.



A Funai também listou algumas ações que a Petrobras deverá desenvolver. São elas: um Programa de Comunicação Social, com vistas a esclarecer as comunidades indígenas acerca das atividades desenvolvidas; um Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores, visando garantir o resguardo dos direitos dos povos indígenas e promover reflexões a respeito da realidade apresentada e sobre os cuidados necessários durante as obras para minimizar possíveis interferências; e a extensão do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do empreendimento para as áreas próximas às Terras Indígenas.

A Petrobras foi procurada pelo Amazônia Real para saber se atendeu à recomendação da Funai, mas não respondeu ao questionamento até a publicação desta matéria.

Na nota enviada pela assessoria de imprensa da Funai, o órgão diz ainda que, após reunião com a Petrobras no dia 28 de janeiro, a empresa disse que se trata de perfuração em solo para verificar uma estrutura mapeada em pesquisa sísmica anterior.

A Petrobras informou à Funai que, em caso de confirmação de material com potencialidade de exploração (petróleo ou gás), será necessária a emissão de licença ambiental específica, a qual deverá ser precedida de estudos ambientais com o objetivo de verificar a viabilidade da atividade.

Licenciamento - A informação sobre a entrada de balsas de prospecção no rio Tapauá, nas proximidades das terras indígenas, foi repassada inicialmente por ribeirinhos. Ela chegou até a Coordenação da Funai do Médio-Purus, com sede no município de Lábrea (a 703 quilômetros de Manaus) na segunda quinzena de fevereiro. O coordenador da Funai naquela área, Armando Soares, confirmou, na época, ao Amazônia Real que as balsas haviam entrando no rio Tapauá.

Constatou-se, depois, que se tratava de balsas da Petrobras, que saíram de Manaus, conforme relataram funcionários da empresa ao próprio Armando Soares. Foi o coordenador que comunicou a situação ao setor de licenciamento da Funai.

Paralelamente, um grupo de pesquisadores e ambientalistas começou a divulgar nas redes sociais a presença de balsas de prospecção na região do rio Tapauá., com grande repercussão.

O Amazônia Real apurou, na época, que a atividade havia recebido licenciamento do Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas). Em nota enviada ao site, o órgão ambiental estadual disse que concedeu o licenciamento "para prospecção avaliando os tipos de intervenção no ambiente para esta atividade de pesquisa exploratória".

Segundo o Ipaam, se "houver interesse da Petrobras em explorar comercialmente a lavra, um novo processo de licenciamento será feito, com requisitos mais rigorosos incluindo a consulta às populações que residem no raio de influência do empreendimento, conforme determina a Lei de Licenciamento Ambiental para a emissão de Licenças de Instalação e de Operação."

De acordo com o Ipaam, a atividade de prospecção ocorre em distâncias das terras indígenas que variam de 47 Km, a menor proximidade em linha reta, outra de 124 Km e ainda outra de 153 Km.



Audiência - Na semana passada, a deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP), ao assumir a vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, anunciou que aprovou a realização de audiência pública para discutir a atividade da Petrobras no entorno das terras indígenas do rio Tapauá.

Segundo sua assessoria, deverão ser convidados a diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard, a subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Lábrea (AM), Armando Soares, e a antropóloga e pesquisadora Oiara Bonilla.

Nesta segunda-feira (17), a assessoria disse que ainda não há data para a audiência pública, mas informou que o objetivo é procurar esclarecer as dúvidas sobre a subida das balsas pelo rio, se as comunidades foram ouvidas ou não, como se dará a exploração em áreas tão próximas às terras indígenas, entre outros assuntos. Amazônia Real



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Inscrições no processo seletivo da UFMT para os povos indígenas encerram no próximo dia 10

SÍTIO AXA, 18.11.2013

Serão 37 vagas destinadas exclusivamente para estudantes indígenas de Mato Grosso. Entre os cursos ofertados estão medicina, direito, engenharia e agronomia.

Por: Rizza Matos

A Universidade Federal de Mato Grosso abriu no último dia 03 o VII Processo Seletivo para estudantes indígenas de Mato Grosso. As inscrições seguem na internet até o dia 10 de março. O candidato deve acessar o site da UFMT preencher o formulário de inscrição, baixar o a carta de recomendação (baixe o arquivo) ,que deve ser assinada pela liderança da comunidade indígena à qual pertence, e o questionário socioeducacional (baixe aqui). Os arquivos devem ser impressos e enviados até o dia 10 de março para o endereço: Universidade Federal de Mato Grosso – Secretaria de Articulação e Relações Institucionais – Campus Universitário de Cuiabá – Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367 – Boa Esperança – CEP 78060-900 – Cuiabá – MT, por meio de correspondência registrada com aviso de recebimento ou via Sedex.

Estão sendo ofertadas 21 vagas para o primeiro semestre e 18 vagas para o segundo semestre. As vagas estão distribuídas entre os campi de Cuiabá (20 vagas), do Araguaia, unidade de Pontal do Araguaia (quatro vagas), Rondonópolis (nove vagas) e de Sinop (quatro vagas). As vagas são para os cursos de Ciências Sociais, Direito, Geologia, Medicina Veterinária, Ciências e Tecnologia de Alimentos, Enfermagem, Engenharia Sanitária e Ambiental, Serviço Social e Zootecnia, Agronomia, Ciências Biológicas, Engenharia Agrícola e Ambiental e Medicina. (veja o quadro de vagas no final)

AS PROVAS

As inscrições deferidas e Indeferidas serão publicadas a partir de 14/03/2014. As provas objetiva e de redação serão aplicadas em Cuiabá no dia 23/03/2014. Serão 25 questões divididas entre as disciplinas de língua portuguesa, ciências naturais, matemática, história do Brasil e de Mato Grosso e geografia do Brasil e Mato Grosso. O local onde será realizado as provas será publicado a partir de 18/03/2014.

Os alunos classificados serão avaliados por meio de uma prova oral que será aplicada entre 04 e 06 de abril. O candidato nessa etapa receberá uma nota de de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. E para fins de classificação final a prova oral terá peso 04, a prova escrita peso 01 e a redação peso 02.

O resultado final será divulgado no dia 10 de abril no site da UFMT. E as matrículas dos alunos
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

aprovados deverão ser realizada no dia 11/04/2014 no campus onde o estudante for aprovado. No ato da matrícula deve-se apresentar os seguintes documentos: RG, CPF, título de eleitor,

Certificado ou Diploma de conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar do Ensino Médio devidamente registrado.

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones: (65) 3615 8151 e 3615 8152.

Os alunos que não tiverem acesso à internet podem realizar suas inscrições junto aos escritórios da FUNAI/MT, obedecendo o período de inscrição e o horário de funcionamento das Coordenações.

Coordenação Regional de Barra do Garças / MT
Rua Amaro Leite, n.º 467 – Barra do Garças – MT
Telefones: (66) 3401-2018 / 2044
E-mail: cr.chavante@funai.gov.br

Coordenação Regional de Colíder / MT
Avenida Colonizador, n.º 379, Setor Sul – Colíder – MT
Telefones: (66) 3541-2285 / 1171-4561
E-mail: funai.crclld@gmail.com

Coordenação Regional de Juína / MT
Av. JK, Bairro do Esporte, Setor Industrial – Juína – MT
Telefone: (66) 3566-2538/6115/5596
E-mail: cr-nomt@hotmail.com

Coordenação Regional de Cuiabá / MT
Rua E, Quadra 15, s/n – Centro Político Administrativo – Cuiabá – MT
Telefones: (65) 3644-1719 / 1410/1850
E-mail: beneditogarcia@hotmail.com

Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira / MT
Av. dos expedicionários, n.º 316 – Centro – Ribeirão Cascalheira – MT
Telefones: (66) 3489-2215 / 2216 / 2214
E-mail: cr.cascalheira@funai.gov.br

Coordenação Regional do Xingu / Canarana / MT
Av. Mato Grosso, n.º 587, Centro – Canarana – MT
Telefones: (66) 3478-2431 / 1871
E-mail: cr.xingu@funai.gov.br

Coordenação Técnica Local de Primavera do Leste / MT
Rua Pres. Juscelino Kubitschek, 1481 – Pq. Castelândia – Primavera do Leste – MT
Telefones: (66) 3498-1925
E-mail: saviosangradouro@gmail.com

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Coordenação Técnica Local de Água Boa / MT
Rua 3, 487 – Centro – Água Boa – MT
Telefone: (66) 3468-3297

Coordenação Técnica Local de Xavantina / MT
Rua São Paulo, nº 38 – Centro – Nova Xavantina – MT
Telefone: (66) 3438-2770
Endereço Eletrônico: <http://funaixavantina.wordpress.com/>

Coordenação Técnica Local de Campinápolis / MT
Rua Laudelino Domingos de Araújo, nº 830 – Centro – Campinápolis – MT
Telefone: (66) 3437-1847
E-mail: cplcampinopolismt@gmail.com



Agricultores e lideranças políticas discutem sobre demarcação de terras

SÍTIO CATVE, 18.03.2014

O presidente do Sindicato Rural de Cascavel esteve presente na reunião

Com o auditório lotado, agricultores, advogados e políticos debateram durante cinco horas ontem (17), sobre a questão da demarcação de terras em Guaíra e Terra Roxa, para a implantação de reservas indígenas, que estão sendo pretendidas pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

Um dos assuntos mais debatidos, foi sobre a portaria assinada pelo juiz federal de Guaíra, em fevereiro, ordenando a retomada dos estudos antropológicos para fins de demarcação de terras de interesse indígena, e que reacendeu a preocupação dos agricultores, pela insegurança jurídica que a questão impõe.

Presidentes de sindicatos rurais de toda a região estiveram participando da reunião, e com isso levaram até os agricultores de fora a realidade que está sendo vivenciada na fronteira do Paraná com o Mato Grosso do Sul.

Pedro é proprietário de terras em Guaíra, o agricultor se sente ameaçado, pois convive diariamente com a presença dos índios nos arredores de sua propriedade.



Índios pretendem destituir a direção da Funai

SÍTIO JCNET, 18.03.2014

Indígenas acusam a Coordenadoria Técnica Local de negligência junto às aldeias

Lideranças indígenas estão descontentes com a atuação da Coordenadoria Técnica Local (CTL) da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Bauru. O órgão estaria tomando decisões importantes sem sequer ouvir as comunidades. É o que denuncia o presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo (Cepisp), Marcilio Marcolino.

Para Marcolino, a atual coordenadora do órgão, Mauria Pereira de Miranda, foi indicada pelo antigo chefe, Amaury Vieira, sem o consenso dos caciques.

“Fica uma situação muito chata para nós, porque queremos organização. Os caciques ficaram nervosos com isso e entraram em contato com o Cepisp para resolver a situação”, explica.

O líder do Cepisp acrescenta que a direção da CTL em Bauru é negligente junto às aldeias. Exemplo disso é o abandono do órgão em relação à Terra Indígena Araribá, em Avaí (39 quilômetros de Bauru). Marcolino conta que os 600 índios de lá não recebem subsídios do governo federal para a agricultura, principal meio de subsistência da comunidade.

“Primeiro, eu fui chamado por conta da troca da coordenação da CTL sem o consenso dos líderes das aldeias da região. Depois, os caciques entraram em contato comigo novamente, porque a comunidade da Terra Indígena Araribá, em Avaí, não tem o apoio da Funai para a manutenção das máquinas utilizadas no plantio”, frisa.

Paulo Roberto Sebastião, que é da Terra Indígena Araribá e também vereador de Avaí, diz que a comunidade só não está completamente abandonada porque recebe auxílio da prefeitura, responsável pela manutenção das máquinas utilizadas na agricultura. “Se não fosse a prefeitura, estaríamos perdidos, porque a Funai sequer vai até lá”, desabafa.

Perda de autonomia

Em março de 2012, a Administração Executiva Regional (AER) da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Bauru, foi transferida para a cidade de Itanhaém, no litoral paulista. Com isso, houve diminuição do efetivo e perda de autonomia administrativa, o que transformou o órgão em Coordenadoria Técnica Local (CTL).

Com a modificação, o administrador da AER, Amaury Vieira, assim como metade da equipe do órgão em Bauru – que antes era formada por 22 funcionários – foi para o litoral paulista. Quando saiu do cargo em Bauru, Vieira indicou a então coordenadora Mauria Miranda para substituí-lo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Fundação tomou conhecimento

CONT.

De acordo com a assessoria de imprensa da Funai, em Brasília, o órgão já tomou conhecimento da reivindicação das lideranças indígenas da região de Bauru. O presidente do Cepisp, Marcilio Marcolino, enviou um pedido que chegou na última sexta-feira na sede do órgão.

Porém, a assessoria acrescenta que os membros da instituição participam de uma reunião de planejamento nesta semana, fato que atrasará um pouco a análise do pedido de Marcolino. Por outro lado, a assessoria garantiu que o caso será analisado o mais breve possível.



Ex-produtores da Suiá Missú continuam dentro da Reserva Indígena e cobram agilidade em Assentamentos (Vídeo)

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 18.03.2014

Ex-Produtores afirmam que estão sendo ameaçados por oficiais mas que vão até o fim

http://www.youtube.com/watch?v=ODw7vLKBbQE&feature=player_embedded

Fonte: Agência da Notícia com Redação

Os ex-produtores da Suiá Missú que retornaram para a área a cerca de um mês continuam acampados na região, próximo ao Posto da Mata. Embora alguns veículos de comunicação dizem que a Polícia cumpriu a determinação de retiradas das famílias, isso não aconteceu.

"Nós estamos firmes aqui e vamos resistir, porque simplesmente não temos para onde ir", disse um dos ex-produtores da Suiá.

Policiais da PF e da PRF estiveram no local onde eles estão acampados e pediram para que deixem a área. "Eles já estiveram aqui, mas nós não vamos sair porque não temos para onde ir. Cometeram um crime conosco e o Governo tem que fazer alguma coisa que nos favoreça. Éramos produtores e agora estamos virando bandidos", argumentou.

Uma ordem da Justiça Federal emitida no dia 28 de fevereiro, dá autoridade para que os policiais façam a retirada das famílias.

Um Oficial de Justiça foi ao local onde as famílias estão acampadas, os ex-produtores dizem ter sido ameaçados pelo oficial. Os ex-produtores gravam um vídeo no momento da visita. No vídeo, o oficial diz que "A ordem é para desocupar aqui, com ou sem lugar para irem vocês terão que sair daqui", afirmando ainda que ajudaria quem desejasse sair naquele dia, ou voltaria com o exército para retirá-los.

"É uma escolha de vocês, como que vocês sairão daqui", afirmou o oficial, que ao lado dos agentes federais afirma em tom de ameaça, "Se tiver que retornar aqui vocês terão consequências", disparou o oficial para um grupo de produtores.

O pequeno produtor Martins Ferreira foi um dos que retornou ao antigo povoado e acompanhou a ação dos representantes da Justiça. Ele diz que se sentiu injustiçado, mas que vai lutar pelo que construiu na sua vida. "Tudo o que eu tinha era essa terrinha. Isso foi uma das maiores injustiças do mundo. Voltei porque não tenho para onde ir e não sou aposentado, se eu não trabalhar e plantar eu não tenho o que comer", desabafa Ferreira, que estava colocando telhas em um barraco de madeira para ter onde morar. "Até hoje o Incra só prometeu, eu e ninguém

CONT.



que eu conheço foi assentado, o que eu vi foi parceiros tirando a vida por desilusão", conclui o pequeno produtor, que por mais de trinta anos viveu na área da Suiá.

De acordo com o Vereador Nivaldo Oliveira, o INCRA se comprometeu com a Justiça de assentar as famílias em 60 dias, mas isso ainda não aconteceu. "Desde que saímos, ou melhor, fomos obrigados a deixar as nossas propriedades não tivemos respaldo nenhum do Governo que mentiu e lubridiou pessoas trabalhadoras e que produziam na Suiá Missú. As famílias que estão lá, não estão alí pra fazer bonito, elas simplesmente não têm para onde ir. Estão debaixo da lona em qualquer lugar então por isso retornaram", disse Nivaldo.

Outra queixa do Vereador é sobre as constantes matérias publicadas nos veículos de comunicação dizendo que os ex-produtores deixaram a área. "Eu não entendo porque os veículos de comunicação continuam noticiando que os ex-produtores deixaram a área quando isso não é verdade. Qual é o interesse desses veículos em noticiarem matérias mentirosas?", questionou Nivaldo.

O Vereador também fez questão de alertar que as famílias que estão no local, estão dispostas inclusive a serem presas. "Eles já avisaram a Polícia que se for prender que prenda todo mundo inclusive, os idosos, as crianças, porque na cadeia pelo menos tem alimentação, assistência médica", reclamou Oliveira.

Mais de 300 pessoas estão na área que foi decretada como reserva indígena Xavante.



Desafios demais, debates de menos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2014

Delegados da Abrasco convidados pela 'Radis' para fazer um balanço do evento detectaram poucos avanços na garantia da saúde dos 305 povos que habitam o país

Ana Cláudia Peres – Radis

Os números da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI) impressionam: 1209 delegados; 20 Grupos de Trabalho; 453 propostas em jogo; 446, aprovadas. Mas escondem uma preocupação. Apesar de grandiosa, a aguardada edição da conferência, realizada de 2 a 6 de dezembro, em Brasília, trouxe poucos avanços, se levado em conta o tamanho dos desafios que precisam ser enfrentados para a garantia da saúde dos 305 povos indígenas que habitam o território brasileiro. Essa é a opinião dos pesquisadores Paulo Basta, Ana Lúcia Pontes e Maurício Leite, que participaram do evento como delegados da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e foram convidados pela Radis para fazer um relato do que presenciaram.

Dividida em quatro eixos temáticos, a 5ª CNSI teve como tema central Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS (SasiSUS): direito, acesso, diversidade e atenção diferenciada. E, como objetivo, aprovar diretrizes para as políticas de saúde executadas nas aldeias por parte dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Nos grupos, foram debatidos temas relacionados a atenção integral e diferenciada nas três esferas de governo; controle social e gestão participativa; etnodesenvolvimento e segurança alimentar e nutricional; e saneamento e edificações de Saúde Indígena.

O problema verificado pelos delegados da Abrasco foi que, com uma estrutura que priorizou a agilidade em detrimento do debate, a etapa nacional da Conferência acabou limitando a participação e aprovando propostas contraditórias, como analisou o pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) Paulo Basta. Pela metodologia da 5ª CNSI, os 20 Grupos de Trabalho funcionavam como miniplenárias e cada um deles tinha a robusta missão de, em três dias, votar as 453 propostas do Relatório Consolidado, fruto das 34 etapas distritais e 306 etapas locais que antecederam a nacional.

Assim, se uma proposta fosse aprovada em mais da metade dos GTs estaria automaticamente aprovada pela Conferência. Por outro lado, para ir a debate na Plenária Final e sofrer alteração total ou parcial, necessitava ter recebido destaque em pelo menos 11 dos 20 grupos. Isso justificaria, de acordo com os delegados da Abrasco, o baixo número de propostas levadas à plenária final: apenas 25 — dessas, 18 aprovadas com modificações, o que significa que a Conferência teve 95% de propostas aprovadas. “Mas isso teve um custo”, acrescentou Paulo à Radis. “Muitas das propostas que irão compor o relatório final são incompatíveis entre si, carecem de um amparo legal ou guardam inconsistências”.

CONT.



Um exemplo disso foi a polêmica em torno do subeixo que trata dos desafios da área de recursos humanos para a saúde indígena. Uma das diretrizes aponta que o Ministério da Saúde deve garantir a realização de concurso público regionalizado para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Outra recomenda a incorporação direta dos funcionários. "Como isso se resolve?", indaga Paulo. De acordo com os delegados, a falta de debate prejudicou também os encaminhamentos em relação ao acesso à alta e média complexidade — nó atual do subsistema e pauta muito presente nas discussões do movimento indígena — ao aprovar propostas que atribuem à Sesai tarefas que não são de sua competência. "O modo como o evento foi estruturado impediu que fossem feitos os esclarecimentos necessários", acrescentou o delegado da Abrasco.

Para a professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Ana Lúcia Pontes, parecia haver uma unidade entre os setores, quando na verdade o que ocorreu foi um aparente consenso. "As questões não foram amadurecidas como deveriam. E isso faz com que o relatório final perca um pouco o peso de diretriz", pondera. "Se você aprova duas propostas com indicações distintas sobre uma mesma pauta, pode executar ou não executar a ação e isso vai ser referendado pelo relatório".

Invisibilidade

A falta de debate pode revelar mais do que um problema na metodologia, como aponta Maurício Leite, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele cita o protesto realizado na cerimônia de abertura da conferência como emblemático de uma situação a que os povos indígenas estão submetidos há mais de cinco séculos. Durante a solenidade, a delegação do Mato Grosso do Sul manifestou-se com faixas e palavras de ordem bem à frente da mesa de abertura. "Aplaudido pela plateia, o grupo foi ignorado pelas autoridades. Para Maurício, o episódio pode funcionar como metáfora para a invisibilidade indígena no Brasil. "A sensação é de que não houve efetiva abertura para o diálogo mas um exercício retórico que limitava a participação".

Na página oficial da Conferência na internet, a Sesai argumenta que as propostas que chegaram à Conferência vieram das bases, a partir do que foi votado nas conferências locais e distritais ao longo de 10 meses. Segundo a secretaria, os debates durante a 5ª CNSI abarcaram o que há de mais atual para melhoria da assistência prestada aos quase 900 mil indígenas do Brasil. O titular da Sesai, Antônio Alves de Souza, ressaltou a participação coletiva. "Agora, trabalharemos em um sistema de monitoramento e acompanharemos a implantação do que foi aprovado durante a Conferência", completou.

Portarias, protestos e moções

Ainda durante a cerimônia de abertura, o então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, assinou portaria que garante a participação de representantes indígenas em reuniões decisivas para a destinação das verbas do setor em estados e municípios. Mas o mais comemorado, de acordo com Paulo Basta, foi a portaria que autoriza a compra, pelos DSEIs, de todos os medicamentos

CONT.



da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), o que otimiza a oferta nas aldeias e cria grupo de trabalho para avaliação e elaboração de incorporação de novos medicamentos e insumos para atendimento à Saúde Indígena no SUS.

O terceiro dia da conferência foi marcado por uma manifestação, na Esplanada dos Ministérios, pelo reconhecimento dos direitos indígenas à terra. O assunto também esteve presente na Moção de Repúdio, aprovada pelos delegados, que pede empenho nas investigações de crimes de agressões e homicídio a índios por parte de fazendeiros. Foram aprovadas 57 moções de Apoio, Apelo, Repúdio, Solidariedade e Outros. A Abrasco foi autora de Moção de Apoio à regulamentação e profissionalização dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (Aisan), baseada em documento que o Grupo de Trabalho em Saúde Indígena da instituição levou para subsidiar as discussões da 5ª CNSI.

A pedido de Radis, os delegados da Abrasco fizeram um balanço sobre os dias de conferência, os pontos polêmicos, os momentos-chave, e sobre as possibilidades que a 5ª CNSI traz para a saúde indígena.

Propostas contraditórias

“Considero um ponto alto do evento ter conseguido reunir um contingente de lideranças de praticamente todos os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e mais de 1.200 delegados de várias regiões do Brasil, para discutir as questões da política de saúde indígena. Houve um momento, durante a cerimônia de abertura, que pode ser considerado emblemático: a delegação do Mato Grosso do Sul, com mais de 100 pessoas, fez um protesto contra problemas de toda ordem que vêm experimentando. E eles se manifestaram ali, na frente das maiores autoridades que compunham a mesa. Isso é importante, embora seja preciso ressaltar que essas autoridades ignoraram por completo o protesto. Foi curioso porque os manifestantes levantavam faixas na frente do púlpito e gritavam palavras de ordem e as autoridades ignoravam aquilo. Continuavam fazendo seus discursos ao microfone, mas ninguém mais ouvia.

Penso que houve um ponto muito limitador dos debates que acabou engessando a conferência. O debate até transcorreu nos grupos temáticos. Mas, pelo regimento, não era possível acrescentar nada ou fazer qualquer contribuição adicional na elaboração das propostas. A proposta que veio da base passava integralmente ou passava com supressão ou era excluída. No grupo de que participei, por exemplo, várias propostas foram debatidas, mas não chegaram a ir para a plenária final. Ou seja, na plenária final, que deveria ser o auge de uma conferência, onde se faz um debate mais amplo, esse debate simplesmente não houve. O argumento usado era que todas as propostas que passaram vieram das bases. Mas isso teve um custo. Muitas das propostas que irão compor o relatório final são incompatíveis entre elas, carecem de amparo legal ou guardam inconsistências, como a que exige atenção de nível terciário em casa de saúde indígena. Em relação aos recursos humanos [tema do Subeixo ‘Avanços e desafios na área de recursos humanos para a saúde indígena: formação, educação permanente, capacitação e práticas de saúde e medicinas tradicionais’], apareceram várias propostas contraditórias: passou a proposta para processo simplificado de seleção com base

CONT.



em currículo, passou proposta de incorporação direta dos funcionários que estão atuando nas organizações não governamentais com serviço público, passou proposta de concurso temporário, passou proposta de regime jurídico único. Teve de tudo. Como isso se resolve? As pessoas colocaram todas as possibilidades e não vejo uma direção única nesse caminho.

Confesso que fiquei desanimado com o desenrolar da conferência. Participei, como delegado, da 3ª CNSI, em 2001, e a 4ª, ocorrida em 2006, acompanhei por meio do movimento indígena e do relatório exaustivamente avaliado. Muitos dos pontos retornaram agora, na 5ª conferência. Dá a impressão de que não havia conhecimento do que tinha sido discutido antes. Ou seja, embora tenha havido expansão do financiamento na saúde indígena, as ações da ponta continuam precárias: faltam medicamentos, falta estrutura para posto de saúde, faltam profissionais, as crianças continuam adoecendo e morrendo, os indicadores de saúde têm melhora muito discreta, não têm ainda um impacto nas ações de saúde. Mas a luta continua e eu acho que ter trazido a discussão da estruturação do sistema para a população foi um ponto positivo. É importante as pessoas se sentirem empoderadas no sentido de demandar, de expressar suas necessidades. Esse espaço é válido, importante e positivo, mas é preciso avançar e ir além do lugar comum”.

Paulo Basta, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz) e delegado da Abrasco

Por mais controle social

“Tenho dificuldade de ver a conferência como um momento vitorioso. Acho, sim, que foi um momento de perceber as questões em disputa e onde não se tem ainda uma resolução muito clara, como por exemplo a discussão sobre média e alta complexidade ou a regulamentação da contratação dos profissionais ou, ainda, a formação dos agentes indígenas de saúde. Mas não se debateu e isso é o que mais lamento. Foi uma frustração a plenária final. É importante o que aconteceu? É. Mas aconteceu de maneira a parecer a festa da democracia, aparentando consensos entre setores e temáticas, que sabemos que não existem. As questões não foram amadurecidas como deveriam. Tive a sensação de estar em um congresso onde os palestrantes iam tratar dos temas, mas falavam de forma ampla, fora de contexto, sem esclarecer as questões e os problemas estruturais que as propostas traziam nas suas formulações.

A questão da identidade indígena misturada com os cargos de gestão e controle social tem impedido um certo discernimento. É legítimo que as lideranças indígenas assumam cada vez mais papéis dentro da estrutura de gestão dos serviços de saúde e que ocupem lugar nas mesas e espaços de mediação. Mas, por vezes, isso confunde os lugares de fala: eles estão na posição de gestor ou controle social? No caso da educação indígena, isso tem funcionado, garantindo uma educação com especificidades, o que qualifica o sistema. Mas não tem acontecido o mesmo na saúde indígena.

O movimento indígena está muito preocupado com a continuidade da atenção e tentou garantir ao máximo a responsabilidade da Sesai, seja com distribuição de medicamento, seja com algumas ações de serviço. Mas o bloco de propostas referente ao controle social [Eixo temático 2: ‘Controle social e gestão participativa’], que é importante, foi pouquíssimo discutido. O eixo

CONT.



temático 3 [Etnodesenvolvimento e segurança alimentar e nutricional], foi aprovado por unanimidade. O 4 [Saneamento e edificação de saúde indígena] também. Isso foi tratado como vitória, mas, na verdade, tem muito a ser debatido. Faltou articulação entre os indígenas para unificar sua pauta, como aconteceu com o governo, que chegou a agendar uma reunião durante a conferência para orientar sobre a condução das votações.

Um dos objetivos do evento, teoricamente, é fazer uma análise da situação da saúde. E não houve um momento, de fato, de apresentação e discussão da situação dos povos indígenas, inclusive para direcionar o que é prioritário nas quase 500 propostas aprovadas. Por exemplo, algo que me surpreendeu foi um discurso muito presente no meu grupo de que “o SUS não é nosso parceiro” ou de que o SUS não nos pertence, o que tem a ver tanto com especificidades culturais e com vivências realmente negativas — já que não existem políticas que tentem combater o preconceito e a discriminação que os indígenas sofrem dentro dos serviços de saúde — quanto com uma falta de entendimento do que seja atenção diferenciada e o que de fato é função da Sesai. A saúde indígena está dentro do Sistema Único de Saúde e, portanto, teria um caráter de complementaridade. Ou seja, perdemos uma ótima oportunidade de fazer um bom debate sobre o tema na conferência e a questão não foi amadurecida como deveria. Esse é apenas um exemplo”.

Ana Lúcia Pontes, professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e delegada da Abrasco

Exercício retórico

“O grande ponto positivo foi a presença indígena no evento como um todo. Mas acho que houve poucos avanços por conta do modo como a conferência foi estruturada. Pode ter sido um problema de metodologia, mas eu diria, de forma bastante categórica, que isso acabou por limitar de modo significativo a participação indígena nos debates.

Por exemplo, a plenária em massa queria que a Sesai garantisse aos indígenas atenção de média e alta complexidade. Não tenho a menor dúvida de que média e alta complexidade foi a expressão mais repetida ao longo dos dias, sem que houvesse esclarecimento maior sobre o que significa trazer isso para as atribuições da Sesai; o que se espera e se propõe de funcionamento do SUS, do subsistema dentro do nosso sistema de saúde; e o que se espera da atenção primária, secundária e terciária. Não havia um esclarecimento sobre os pontos do debate. Não parecia um espaço democrático de fato.

Problemas assustadores que presenciamos nas terras indígenas, como a inexistência ou fim dos estoques de medicamentos para grupos específicos como hipertensos e diabéticos, que não se resolvem há anos, apareceram mais uma vez na conferência. Mas, quando os participantes gritavam desesperados pelo fim desse tipo de problema, as falas institucionais, do Ministério da Saúde e da Sesai, assumiam ares extremamente políticos. Todos os problemas já pareciam resolvidos. Todos tinham sido solucionados, porque novas resoluções haviam sido recém-assinadas e, portanto, não haveria mais aquele problema.

A sensação é que não houve efetiva abertura para o diálogo mas um exercício retórico que

CONT.



limitava a participação. Veja o episódio do protesto da delegação de Mato Grosso na abertura do evento. Embora aplaudidos pela plateia, eles foram solenemente ignorados pelas autoridades que continuaram com o protocolo sem interromper seus discursos ou fazer qualquer menção ao que estava acontecendo. Ou seja, as pessoas foram aplaudidas, mas sequer foram olhadas. Aquele episódio foi a metáfora da invisibilidade indígena no nosso país.

Outro aspecto preocupante foi o fato de os perfis de saúde não terem sido debatidos em nenhum momento. Os atuais perfis de saúde dos povos indígenas resultam, em alguma medida, do adequado funcionamento do subsistema de saúde dos povos indígenas no Brasil. Ou seja, se há grandes problemas, eles precisam ser solucionados pelo subsistema, o que requer algum monitoramento, mas isso não foi discutido.

De positivo, penso que apontam-se e reafirmam-se proposições para a formação e atuação dos trabalhadores de saúde indígena, em especial dos agentes indígenas de saúde. Há propostas contraditórias aprovadas: uma que exige aumento de qualificação, de escolarização desses profissionais; outra, já em andamento, não propõe o aumento de escolaridade, mas pede formação pelas escolas técnicas do SUS. O fato é que o reconhecimento dessas categorias é um grande tema em torno do qual parece haver unanimidade.

Apesar de todas as limitações, não acho que o modelo de conferências seja um modelo de participação esgotado, mas é necessário haver um esforço maior para que efetivamente se traduza num espaço de controle social. O entendimento de qualquer evento como esse leva tempo, precisamos digerir isso e entender os processos até para reverter o que houve de negativo. O que não foi discutido deve ser avaliado como lacuna, juntamente com os relatórios das conferências anteriores, e debatido coletivamente por trabalhadores, usuários, gestores, pesquisadores, todos nós, como membros da sociedade civil, e deve seguir como demanda para a próxima."

Maurício Leite, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e delegado da Abrasco



Cacique Isaías Francisco, da Aldeia Água Branca / Distrito de Taunay, em Aquidauana Princesinha, é vítima de preconceito na Prefeitura de Aquidauana
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.03.2014

Fato ocorreu quando as comunidades já se preparam para as comemorações em homenagem ao Dia do Índio a ser celebrado no próximo dia 19 de abril

O cacique da Aldeia Água Branca, localizada no distrito de Taunay em Aquidauana, Isaías Francisco, durante entrevista na sexta-feira (14/3) na FM 100,9 confirmou ter sido alvo de ofensa, discriminação e preconceito por parte do advogado e prefeito de Aquidauana José Henrique Gonçalves Trindade (PDT) durante uma audiência no Paço Municipal, oportunidade em que apresentou ao chefe do executivo as principais reivindicações de sua comunidade.

Durante a reunião, o cacique Isaías Francisco estava acompanhado dos patrícios Melidio Pio, José Francisco e Teófilo Francisco. O encontro foi agendado pelo ex-vereador Raimundo Pinheiro (PSC) que também participou da agenda.

Isaías Francisco alega ter se sentido ofendido com a postura do prefeito Zé Henrique ao receber das lideranças as reivindicações da comunidade. "Já tínhamos falado com o Gerente de Governo Odilon Ribeiro e nada aconteceu por isso tentamos o diálogo com o prefeito", disse Isaías.

Várias demandas da comunidade foram apresentadas ao prefeito Zé Henrique em busca de uma parceria que pudesse oferecer melhor qualidade de vida para a população não só da aldeia Água Branca, mas também de toda a região do Distrito de Taunay que possui algo em torno de 8 aldeias da nação Terena. "Ele disse que não atenderia minha comunidade, pois não contou com nosso apoio na eleição".

De acordo com a narrativa do cacique Isaías Francisco, embora tenha feito as reivindicações com o respeito que a autoridade merece, ele se sentiu discriminado e ofendido com a atitude do prefeito. "Em nenhum momento nos exaltamos, mas é evidente que queremos e merecemos respeito, pois foi uma "grande" discriminação para com a comunidade indígena de Aquidauana quando além de outros fatos, o prefeito Zé Henrique questionou o ex-vereador Raimundo Pinheiro dizendo: Porque você trouxe esses vagabundos aqui".

Na entrevista concedida ao programa 100% Cidade, apresentado pela jornalista Daniele Santos o cacique Isaías Francisco confirmou que a situação na aldeia é crítica e que precisa de uma ação imediata do poder público. Também foi lembrado durante a entrevista que durante a campanha o atual prefeito Zé Henrique prometeu, que em sendo eleito iria vender o quilo da carne a R\$ 1,00 nas aldeias do Distrito de Taunay, mas até hoje, depois de quase 15 meses o compromisso não foi cumprido. "Nosso caminhão, o caminhão da prefeitura vai trazer a carne aqui à R\$ 1,00 o quilo", disse o então candidato.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

No momento de sua fala no comício em 2012 ele estava ao lado do pecuarista Odilon Ribeiro que hoje ocupa o cargo de Gerente de Governo da Prefeitura de Aquidauana.

O imbróglio já tinha sido pauta de uma entrevista na quinta-feira (13) momento em que o ex-vereador Raimundo Pinheiro manifestou sua indignação com o prefeito da cidade empossado pela justiça, Zé Henrique Trindade.

Segundo Raimundo Pinheiro, desde então o município de Aquidauana vive dias de caos, abandono, desmando, lixo acumulado por toda a cidade e agora o prefeito ainda se mostra como ditador.

Pinheiro explicou aos ouvintes da 100,9 que tinha uma agenda com o prefeito Zé Henrique na quarta-feira às 15 horas juntamente com o cacique da aldeia Terena Água Branca (região de Taunay) Isaías Francisco, que levou ao chefe do executivo diversas reivindicações de sua comunidade.

Depois de esperar e muito, fomos recebidos às 18 horas pelo prefeito. "Quando estávamos expondo todas as demandas da aldeia Água Branca, o prefeito se exaltou e, aos gritos e proferindo palavras de baixo calão, nos expulsou de seu gabinete", frisou Pinheiro. "Entretanto, acredito serem legítimas as cobranças que foram levadas pelo cacique".

Naquela aldeia, assim como nas demais, tudo está em estado de abandono, como a educação, estradas, a saúde e tudo mais", disse Pinheiro.

A redação do Aquidauana News fez contato na manhã da última sexta-feira (14) com assessores do prefeito de Aquidauana "Zé Henrique" em busca de informações sobre o episódio já caracterizado como lamentável, mas a opção do Poder Executivo, pelo menos até agora foi o SILÊNCIO.

Durante a entrevista com o cacique Isaías Francisco na sexta-feira a jornalista Daniele dos Santos também se colocou a disposição para ouvir a versão do chefe do Executivo, mas até agora "não houve nenhuma manifestação oficial por parte do prefeito Zé Henrique (PDT), nem de seus assessores".

Fonte: Nilson Antonio



Rotina de ribeirinhos no Município de Manicoré muda com a cheia do rio Madeira
SÍTIO AMAZÔNIA.ORG, 18.03.2014

A subida das águas num ritmo acelerado e anormal surpreendeu os moradores das comunidades rurais, a última grande enchente que enfrentaram foi em 1997

A rotina de ribeirinhos no Município de Manicoré (distante 333 quilômetros de Manaus) mudou completamente com a cheia do rio Madeira. As comunidades rurais localizadas em área de várzea são as mais afetadas. A população do município soma pouco mais de 51.300 habitantes, sendo que mais de 50% estão na zona rural, segundo dados da prefeitura.

A subida das águas num ritmo acelerado e anormal surpreendeu os moradores das comunidades rurais. A última grande enchente que enfrentaram foi em 1997. Mais de 15 anos depois, o município se mantém em estado de emergência. A situação foi decretada pela prefeitura no dia 10 de março, considerando o registro de elevação de 12 cm ao dia do nível do rio.

De acordo com o prefeito Lúcio Flávio do Rosário (PSD), Manicoré tem quase 200 comunidades rurais, incluindo as que estão em área de terra firme. Porém, 72 comunidades na área de várzea estão inundadas.

É pelo barco "Pai Rubem", alugado pela prefeitura, que tem chegado a primeira assistência aos ribeirinhos que foram atingidos pela cheia. A prefeitura fez, no mês passado, o levantamento e cadastramento das famílias que estavam com as casas alagadas, e também das famílias que ainda seriam atingidas pela grande cheia.

O levantamento resultou numa operação de assistência aos ribeirinhos que iniciou na última quarta-feira com a meta de distribuir 600 cestas básicas, além de tábuas, peças de perna manca, redes, remédios e outros itens, até este domingo.

A embarcação saiu rumo às comunidades rurais com uma equipe da Defesa Civil do Município e de servidores da prefeitura. O objetivo da operação é abastecer emergencialmente as famílias mais carentes, que perderam suas produções rurais, e que não conseguiram se mudar para as comunidades de terra firme. Mais de mil famílias, somando mais de seis mil pessoas foram afetadas pela cheia.

No primeiro dia da operação, o barco esteve em três comunidades. Na comunidade Liberdade, localizada na chamada Região das Onças, o agricultor Paulo da Silva Ferreira, 39, disse que em oito dias, o nível do rio subiu um metro naquela área. "Os moradores estão assustados com a situação", falou.

Liberdade está numa das partes mais altas da área de várzea. O que surpreendeu os moradores é que em outras cheias a água ficava bem abaixo do assoalho das casas. Este ano, faltam cerca de 50 cm para a água inundá-las.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 49./ 2014

Brasília, 18 de março de 2014.

Na comunidade Santo Antônio, muitas casas estão desocupadas. Alguns moradores se mudaram para comunidades na terra firme, outras estão morando em balsas de garimpo. Até a imagem de Santo Antônio foi retirada da igreja da comunidade que está alagada.

Elevação do rio Madeira

A elevação do nível do rio Madeira também ameaça a sobrevivência de animais na zona rural de Manicoré. Antes de chegarem até a área de terra firme, muitos animais acabam morrendo.

A enchente coloca em risco até animais ameaçados de extinção. Na comunidade Liberdade, um tamanduá-bandeira acabou sendo morto por um ribeirinho após ser encontrado debilitado devido a tentativa mal sucedida de procurar a terra firme. O morador alegou que não havia condições para tentar salvar o animal.

Os cães também tentam se salvar como podem. Ficam dentro de canoas, em cima de marombas ou dentro das casas de seus proprietários.

A agricultora Maria Duarte de Freitas, 48, disse que nunca quis criar um cachorro para evitar ver o animal sofrendo com a enchente. "A gente já sofre um sufoco durante a cheia, os animais também acabam sofrendo e às vezes até mais", contou.

De acordo com a prefeitura, 100 patos, 300 galinhas e 250 porcos não conseguiram sobreviver a grande enchente. "Tenho 54 anos e ainda não tinha passado tanto sufoco", disse a agricultora Eunice Freitas dos Santos.

Por: Carolina Silva

Fonte: A Crítica